



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 11ª REGIÃO MILITAR
(Cmdo Mil Bsb/1960)
REGIÃO TENENTE-CORONEL LUIZ CRULS**

**AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA A SELEÇÃO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO
Nº 07 – SSMR/11, DE 10 JULHO 2023
(SELEÇÃO PARA O SERVIÇO MILITAR ESPECIALISTA TEMPORÁRIO – 2023/2024)
(CABO ESPECIALISTA TEMPORÁRIO)**

O COMANDANTE DA 11ª REGIÃO MILITAR (11ª RM), no uso de suas atribuições, divulga e estabelece normas específicas para a abertura das inscrições e a realização do processo seletivo, para a convocação de profissionais de ensino fundamental e curso profissionalizante, para o exercício de atividades especializadas no âmbito do Exército Brasileiro. Os(As) convocados(as) para o Estágio Básico de Cabo Temporário (EBCT) serão incorporados(as) na situação de Cabo Especialista Temporário (CET), nos termos da legislação a seguir, bem como das disposições contidas neste Aviso:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;
- Lei nº 2.552, de 3 de agosto de 1955 - Fixa a Composição da Reserva do Exército;
- Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar, retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965;
- Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares;
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego nas Forças Armadas;
- Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares; a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar; a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das

Forças Armadas; e a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército; e dá outras providências;

-Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar;

- Decreto nº 57.654, de 20 de junho de 1966, Regulamento da Lei do Serviço Militar, alterado pelos Decretos nº 58.759, de 28 de junho de 1966; Decreto nº 76.324, de 22 de setembro de 1975; Decreto nº 93.670, de 9 de dezembro de 1986; Decreto nº 627, de 7 de agosto de 1992; e Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994;

- Decreto nº 703, de 22 de dezembro de 1992, que altera as Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde de Conscritos nas Forças Armadas (IGISC), aprovadas pelo Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967, e alteradas pelo Decreto nº 63.078, de 5 de agosto de 1968;

- Portaria – COTER/C Ex nº 117, de 28 de outubro de 2021 – Manual de campanha EB70-MC-10.375 Treinamentos Físico Militar, 5ª edição, 2021;

- Portaria nº 462 - Gab Cmt Ex, de 21 de agosto de 2003, Instruções Gerais para a Convocação, os Estágios, as Prorrogações de Tempo de Serviço, as Promoções e o Licenciamento dos Integrantes da Reserva de 2ª Classe - IG 10-68;

- Portaria nº 171 – DGP, de 8 de julho de 2009 – Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exércitos destinados a Oficiais e Sargentos do Serviço Técnico Temporário – SvTT;

- Portaria nº 247 – DGP, de 9 de outubro de 2009, Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército;

- Portaria nº 081 – DGP, de 30 de janeiro de 2012, Diretriz Complementar para o Serviço Militar Temporário em Tempo de Paz;

- Portaria nº 081 – EME, de 31 de março de 2008, Aprova as Diretrizes para o Treinamento Físico Militar e suas Avaliações;

- Portaria nº 407-DGP, de 25 de julho de 2022 – Normas Técnicas para Inscrição, Seleção, Convocação, Distribuição e Prestação do Serviço Militar Temporário (EB30-N-30.009);

- Portaria nº Portaria nº 1.497 – MD, de 11 de dezembro de 2014 (Regula, no âmbito do Comandante do Exército, o Serviço Militar Especialista Temporário em tempo de paz, a ser prestado na graduação de Cabo Temporário do Núcleo-Base);

- Portaria nº 59 – EME, de 4 de maio de 2012 – Aprova as habilitações e/ou profissões de interesse do Exército para a Convocação do Cabo Especialista Temporário (CET);

- Anexo K e Volume XIV das Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército – NTPMEx, aprovadas pela Portaria nº 306-DGP, de 13 de dezembro de 2017;

- Resolução CNE/CES nº 1º, 6 de abril de 2018, que Estabelece Normas para o funcionamento de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização.

- Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (MEC) (<http://catalogonct.mec.gov.br/>); e

- Guia PRONATEC de Cursos FIC-2016, 4ª Edição (<http://portal.mec.gov.br/pronatec/catalogos>).

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A inscrição implicará na aceitação irrestrita das normas publicadas e das condições estabelecidas neste Aviso de Convocação.

1.2 O(A) candidato(a) deverá ler atentamente as orientações contidas neste Aviso de Convocação, a fim de verificar se atende à totalidade das condições e dos requisitos para eventual investidura na função, sendo de sua exclusiva responsabilidade a observância dos prazos, o correto preenchimento e a entrega da documentação solicitada. Caso contrário o(a) candidato(a) será eliminado(a) do processo seletivo.

1.3 Ter no máximo 40 (quarenta) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias na data da incorporação.

1.3.1 A idade-limite prevista no item anterior deverá ser respeitada por força do previsto na Lei nº 13.954/19, mesmo em caso de convocação à incorporação extemporânea, para enfrentamento de situações de emergência ou para contratação de Cadastro Reserva.

1.4 Os(As) candidatos(as) que forem convocados(as) para o Estágio Básico de Cabo Temporário (EBCT) no Exército Brasileiro, pelo prazo determinado de 12 (doze) meses, poderão ter o tempo de serviço prorrogado por igual período, sucessivamente, até atingir o limite de 96 (noventa e seis) meses como militar, contabilizados em qualquer espécie de Serviço Militar nas Forças Armadas, seja contínuo ou não (inicial, estágio, dilação, prorrogação e outros), respeitada a idade-limite de 45 (quarenta e cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.

1.5 Somente serão validados e receberão pontuação os diplomas/certificados/declarações de ensino fundamental, curso profissionalizante, ensino médio, curso técnico, graduação, pós-graduação, cursos, artigos científicos, livros e a experiência profissional que tenham relação direta com o curso profissionalizante e, que constem na Ficha de Inscrição.

1.6 O Certificado/Histórico de Ensino Fundamental que possibilitou a participação do(a) candidato(a) no processo não receberá a pontuação no critério de habilitação mínima exigida.

Para fins de pontuação, o(a) candidato(a) deverá recadastrar esse certificado/histórico de Ensino Fundamental no campo destinado aos títulos.

1.7 O certificado de curso profissionalizante que possibilitou a participação do(a) candidato(a) no processo não receberá a pontuação no critério de habilitação mínima exigida. Para fins de pontuação, o(a) candidato(a) deverá recadastrar o certificado de curso profissionalizante no campo destinado aos cursos.

1.8 Caso o(a) candidato(a) tenha apresentado o Diploma de Curso Técnico de Nível Médio com validade nacional (obrigatoriamente acompanhado do Certificado de conclusão do Ensino Médio) em substituição ao diploma de Ensino Fundamental, também não receberá a pontuação no critério de habilitação mínima exigida. Para fins de pontuação, o(a) candidato(a) deverá recadastrar o Diploma de Nível Técnico, bem como o Certificado de conclusão de Ensino Médio no campo destinado aos títulos.

1.9 Caso o(a) candidato(a) tenha apresentado o Diploma de Ensino Superior, em substituição ao diploma de Ensino Fundamental, também não receberá a pontuação no critério de habilitação mínima exigida. Para fins de pontuação, o(a) candidato(a) deverá recadastrar o Diploma de Nível Superior no campo destinado aos títulos.

2. REQUISITOS GERAIS PARA INCORPORAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO

2.1 Podem se candidatar para o Estágio Básico de Cabo Temporário (EBCT) **apenas os reservistas ou os dispensados de incorporação e as mulheres, desde que não haja regressão hierárquica.**

2.2 Ser voluntário(a).

2.3 Ser brasileiro(a) nato(a) ou naturalizado(a).

2.4 O(A) candidato(a) deverá ter, no mínimo, 19 (dezenove) anos de idade e, no máximo, 40 (quarenta), 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias na data de incorporação.

2.4.1 A idade-limite prevista no item anterior deverá ser respeitada por força do previsto na Lei nº 13.954/19, mesmo em caso de convocação à incorporação extemporânea, para enfrentamento de situações de emergência ou para contratação de Cadastro Reserva.

2.5 Na data da incorporação, o(a) candidato(a) não poderá ter 96 (noventa e seis) meses ou mais de efetivo serviço militar prestado às Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), contabilizados em qualquer espécie de serviço, sejam contínuos ou não (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros).

2.6 Ter concluído com aproveitamento, **até a data da incorporação**, prevista no Anexo A, no mínimo, o Ensino Fundamental e Curso Profissionalizante, que o(a) habilite para exercer a

profissão de Nível Fundamental, em área cuja atividade seja objeto deste processo seletivo, sob pena de eliminação do certame.

2.6.1 A instituição de ensino que emitiu e registrou o Certificado de conclusão do Ensino Fundamental deve ser autorizada e cadastrada no respectivo sistema de ensino (federal, estadual/distrital ou municipal), de acordo com as normas do Ministério da Educação (MEC).

2.7 Na ausência do Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental e/ou do Certificado de Curso Profissionalizante, serão aceitos o Diploma de Curso Técnico de Nível Médio, acompanhado do histórico escolar com validade nacional, desde que comprovada a conclusão do Ensino Médio, ou o Diploma de Curso Superior com histórico, desde que tenha relação direta com a habilitação para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu.

2.8 Os Certificados de conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio apresentados devem ser emitidos e registrados em instituições de ensino devidamente autorizadas e cadastradas no respectivo sistema de ensino (federal, estadual/distrital ou municipal), de acordo com as normas do MEC.

2.9 Os Diplomas de Nível Superior e Técnico, bem como as instituições, devem ser reconhecidos oficialmente pelo MEC.

2.10 Se reservista, ter sido licenciado da última organização militar (OM) em que serviu, estando classificado, no mínimo, no comportamento “Bom”.

2.11 Não ter sido considerado isento do Serviço Militar ou licenciado por incapacidade física ou mental definitiva (Incapaz C), ou definição equivalente da Força específica; e não ter sido julgado, em inspeção de saúde, incapaz definitivamente para o serviço do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar.

2.12 Estar em dia com suas obrigações perante:

2.12.1 a Justiça Eleitoral; e

2.12.2 o Serviço Militar.

2.13 Não estar cumprindo o Serviço Militar Obrigatório.

2.14 Não ter sido, nos últimos 5 (cinco) anos, na forma da legislação vigente:

2.14.1 condenado(a) em processo criminal perante a Justiça comum ou militar, seja na esfera estadual ou federal, transitado em julgado, contado o prazo a partir da data do cumprimento da pena; ou

2.14.2 Responsabilizado(a) por ato lesivo ao patrimônio público, de qualquer esfera de governo, em processo disciplinar administrativo, no qual não caiba mais recurso, contado o prazo a partir da data do cumprimento da sanção.

2.15 Caso o(a) candidato(a) esteja respondendo, antes da data prevista para a incorporação, o previsto nos itens 2.14.1 e 2.14.2, deverá informar tal fato por escrito ao Presidente da Comissão de Seleção Especial (CSE), com a devida Certidão de “Objeto e Pé” lavrada pela serventia judicial, na qual tramita a ação.

2.16 Possuir idoneidade moral, bons antecedentes e não exercer ou não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, conforme o Art. 11 da Lei nº 6.880, de 1980, Estatuto dos Militares, a serem apurados por meio de averiguação da vida pregressa do(a) candidato(a).

2.17 Ter aptidão física e mental para o exercício das atividades, a ser verificada por meio de inspeção de saúde e apresentação de exames complementares.

2.18 Residir ou declarar estar comprometido(a) a mudar-se para o município de incorporação, por conta própria, caso venha a ser convocado(a), sem qualquer ônus para o Exército Brasileiro, conforme o Anexo E.

2.19 Obter aprovação em todas as etapas deste processo seletivo.

2.20 Os(As) candidatos(as) serão convocados(as) para o Estágio Básico de Cabo Temporário – (EBCT) no Exército Brasileiro, pelo prazo determinado de 12 (doze) meses.

2.20.1 Ao término de 12 (doze) meses, os(as) militares temporários(as) julgados(as) aptos(as) poderão ter o tempo de serviço prorrogado por igual período, sucessivamente, até atingir o limite de 96 (noventa e seis) meses, como militar, contabilizado em qualquer espécie de Serviço em qualquer Força Armada, seja contínuo ou não (inicial, estágio, dilação, prorrogação e outros), respeitada a idade-limite de 45 (quarenta e cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.

2.21 O(a) candidato(a), antes da sua incorporação, no período destinado às medidas administrativas será submetido a uma visita médica na organização militar da primeira fase, do respectivo estágio. No caso de detecção de alguma alteração clínica, que comprometa a incorporação, o(a) candidato(a) poderá ser encaminhado(a) para Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, por solicitação da Administração Militar, visando à ratificação ou retificação do parecer anteriormente emitido e demais providências decorrentes.

2.21.1 Se durante a visita médica for detectada qualquer alteração clínica incompatível com as regras deste Aviso, o(a) candidato(a) poderá ser **eliminado(a)**.

2.22 Durante o tempo em que permanecer no Exército, o(a) militar não poderá ter nenhum vínculo com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que na administração pública indireta, exceto nos casos previstos na Constituição Federal.

2.23 Caso não exista candidato(a) inscrito(a) e/ou apto(a) a incorporar, no final do processo, em alguma das guarnições relacionadas no Anexo L, poderá ser chamado(a) candidato(a) de outra guarnição, voluntário(a) e apto(a) para ocupar a área vaga, seguindo os mesmos critérios previstos neste Aviso.

2.24 O chamamento para servir em guarnição/cidade diversa daquela na qual o(a) candidato(a) se inscreveu obedecerá o critério de classificação de pontuação geral da área, independente da Guarnição.

2.24.1 Caso o(a) candidato(a) de maior pontuação na área não seja voluntário(a), será chamado(a) o/a subsequente, obedecendo à ordem classificatória de pontuação.

2.24.2 O chamamento previsto no subitem 2.24 ocorrerá por meio de publicação no sítio da 11ª Região Militar: www.11rm.eb.mil.br, bem como por meio do sítio cadastrado na Ficha de Inscrição.

2.25 Não ter sido, anteriormente, desligado(a) de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar por motivo disciplinar ou de conceito moral.

2.26 Não ter sido desincorporado(a), expulso(a) ou julgado(a) desertor(a), nos termos da legislação que regula o Serviço Militar.

2.27 O(A) candidato(a) condenado(a) judicialmente, com sentença penal transitada em julgado, deverá apresentar a Certidão contendo sua reabilitação judicial, conforme o Art. 651 e parágrafos, do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 (Código Processual Penal Militar – CPPM).

2.28 O(A) candidato(a) licenciado(a) a bem da disciplina, ou excluído(a) das Organizações Militares da Ativa ou dos Órgãos de Formação de Reserva, deverá apresentar a Certidão contendo sua reabilitação, conforme o § 6º, do Art. 110, do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (que regulamenta a Lei do Serviço Militar) e a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965.

2.29 O(A) candidato(a), por ocasião da incorporação, está impedido(a) de comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade, ou dela ser sócio(a) ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, por força do previsto no Art. 29 do Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880 de 09 de Dezembro de 1980.

2.30 O(A) candidato(a) deverá ter ciência de que se impõem a todos os integrantes do Exército Brasileiro, o sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe, com a observância dos seguintes preceitos de ética militar: amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal; exercer, com autoridade, eficiência e probidade, as funções que lhe couberem em decorrência do cargo; respeitar a dignidade da pessoa humana; zelar pelo preparo próprio,

moral, intelectual e físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum; praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação; proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular e cumprir seus deveres de cidadão.

2.31 Os(As) candidatos(as) convocados(as) serão incorporados(as) na condição de militares, devendo, além das atribuições inerentes a seus cargos, participarem, de atividades voltadas à consolidação do aprimoramento de suas qualificações militares, da hierarquia, da disciplina e de atributos da área afetiva próprios da carreira das armas. Ademais, os(as) militares deverão dedicar-se à instrução, ao adestramento, ao serviço de escala de serviço e aos exercícios no terreno; à composição de comissões, à manutenção da área, de materiais e equipamentos; às representações; e a outras atividades, cujo desempenho caiba ao(à) Cabo nos termos da legislação vigente, em especial, do Art. 13 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

2.31.1 Os(As) candidatos(as) serão incorporados(a) na condição de Cabo.

2.32 São características da profissão militar, às quais o(a) candidato(a) depois de incorporado(a) estará sujeito e das quais não poderá alegar desconhecimento: risco de vida, sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia, dedicação exclusiva, disponibilidade permanente, vigor físico, proibição de participar de atividades políticas e mobilidade geográfica.

2.33 Salienta-se que, independentemente da profissão de natureza técnico científica, uma vez incorporado(a) às fileiras do Exército Brasileiro, o(a) profissional passará a ostentar o status de militar e, nessa peculiar situação, poderá ser convocado(a) para integrar missões operacionais, tanto em território nacional, quanto além de nossas fronteiras, as quais exigirão constante preparo físico de todos os militares empregados.

3. DO PROCESSO SELETIVO

3.1 O processo seletivo visa à seleção ao Estágio Básico de Cabo Temporário (EBCT), a ser realizado como Cabo Especialista Temporário (CET), destinado a candidatos de ambos os sexos, para a prestação de serviço de natureza temporária e de caráter voluntário(a), bem como para a realização de atividades voltadas ao serviço ativo da Força Terrestre, como serviços de escala, instrução, composição de comissões, representações e outras, na área da 11ª Região Militar (Estados de Goiás e Tocantins, Distrito Federal e região do Triângulo Mineiro), no ano de 2024.

3.2 A abertura de vagas estará condicionada ao licenciamento de militares temporários por término de tempo de serviço, bem como ao limite orçamentário do Exército Brasileiro no ano de 2024.

3.3 O(A) militar incorporado(a) será remunerado(a) de acordo com a Lei Federal nº 13.321, de 27 de julho de 2016.

3.4 O(A) candidato(a) inscrito(a) atestará sua submissão às exigências do presente Aviso, sendo todas as despesas decorrentes do processo seletivo de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a), não lhe assistindo direito a ressarcimento de qualquer natureza decorrente de insucesso no processo seletivo ou a não disponibilização de vagas.

3.5 As incorporações serão realizadas nas organizações militares onde o(a) candidato(a) realizará a 1ª Fase do Estágio Básico de Cabo Temporário (EBCT) e, posteriormente, ele(ela) será distribuído(a) nas OM onde houver necessidade de recompletamento de vagas, após autorização do Comandante da 11ª Região Militar, obedecendo ao limite de efetivo das Forças Armadas, para um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme legislação específica.

3.6 O processo seletivo será coordenado pelo Comando da 11ª RM, por intermédio da Comissão de Seleção Especial (CSE).

3.7 Os(As) candidatos(as) aprovados(as), em todas as etapas do processo seletivo, serão incorporados(as) nas diversas OM na situação de Cabo Especialista Temporário (CET).

3.8 O número de vagas para as áreas e habilitações técnicas de interesse do Exército será divulgado no Anexo L deste Aviso de Convocação, de acordo com as necessidades e as disponibilidades de vagas nas OM, dentro do efetivo das Forças Armadas estabelecido em lei.

3.9 A aprovação nas diversas etapas do processo seletivo assegurará apenas a expectativa de direito à incorporação no Exército Brasileiro no ano de 2024.

3.10 Em caso de igualdade na classificação dos(as) candidatos(as), ou seja, mesma pontuação na avaliação curricular, na mesma área de interesse da 11ª Região Militar, utilizar-se-ão os seguintes critérios de desempate para todas as fases, na ordem de prioridade para incorporação abaixo estabelecida:

3.10.1 reservistas de 1ª categoria; e

3.10.2 reservistas de 2ª categoria;

3.10.3 os civis não enquadrados nos subitens 3.10.1 e 3.10.2, entre eles:

3.10.3.1 os de menor tempo de serviço público; e

3.10.3.2 os de maior idade.

3.11 Os possuidores de Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) serão convocados(as) e incorporados(as), bem como os reservistas de 1ª e 2ª Categorias serão convocados e reincorporados como Cabo Especialista Temporário (CET), sendo confirmados nessa graduação após concluírem com aproveitamento o Estágio Básico de Cabo Temporário.

4. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

4.1 Etapa I:

4.1.1 inscrições (feita pela internet);

4.1.2 avaliação curricular – realizada automaticamente pelo Sistema de Inscrição para o Serviço Militar Temporário (SISMIL), de acordo com as informações inseridas pelo(a) candidato(a); e

4.1.3 homologação das inscrições

4.2 Etapa II:

4.2.1 entrega de currículos; e

4.2.2 validação da Avaliação Curricular.

4.3 Etapa III:

4.3.1 Inspeção de Saúde (IS).

4.4 Etapa IV:

4.4.1 Exame de Aptidão Física (EAF).

5. DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 A taxa para a confirmação da inscrição no processo seletivo para o Estágio de Cabo Especialista Temporário – CET será de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

5.2 Não serão aceitos, para efeito de pagamento da taxa de inscrição, comprovantes de entrega de envelope nem comprovantes de agendamento por meio dos terminais de autoatendimento e/ou internet banking.

5.3 A Ficha de Inscrição do(a) candidato(a) estará disponível no sítio www.11rm.eb.mil.br e deverá ser impressa pelo(a) candidato(a).

5.4 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os casos previstos em lei e de acordo com o prescrito no item 7 do presente Aviso.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NESTE PROCESSO SELETIVO

6.1 A inscrição implica o conhecimento e a aceitação do disposto neste Aviso e em seus anexos, em relação aos quais o(a) candidato(a) não poderá alegar desconhecimento, devendo certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a área pretendida.

6.2 A inscrição deverá ser realizada no sítio da 11ª Região Militar na internet: www.11rm.eb.mil.br, conforme período estipulado no Anexo A – Cronograma Inicial de Atividades.

6.3 O candidato deve imprimir, imediatamente após a confirmação da inscrição, a Guia de Recolhimento da União – GRU com Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do candidato(a) – referente à taxa de inscrição, devendo efetuar o pagamento até a data limite prevista no Anexo A, se dela não estiver isento.

6.4 A GRU deve ser paga exclusivamente no Banco do Brasil e, por ocasião do pagamento, faz-se obrigatório informar o número de referência, a competência, o valor principal, o valor total e o CPF do(a) candidato(a).

6.5 O(A) candidato(a) poderá reimprimir a GRU cobrança, acessando a sua ficha de inscrição no sítio www.11rm.eb.mil.br, até a data-limite para pagamento.

6.6 As inscrições efetuadas somente serão homologadas após a comprovação de pagamento ou do deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.

6.7 O pagamento da taxa de inscrição é de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).

6.8 Deverão ser cadastrados tanto os dados pessoais, quanto os relativos à habilitação mínima exigida, títulos, tempo de serviço público anterior, experiência profissional/atividade na área de ensino, cursos, publicações técnicas, certificações (se for o caso) e outras informações exigidas no Aviso de Convocação, sendo de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) o seu preenchimento, sob pena de ser eliminado(a) do processo seletivo, caso forneça informações divergentes, carentes de comprovação, inverídicas e/ou falsas, constatadas a qualquer tempo.

6.9 Ao acessar o sítio da 11ª Região Militar, o(a) candidato(a) deverá:

6.9.1 ler o Aviso, disponibilizado eletronicamente;

6.9.2 preencher a ficha de inscrição eletrônica;

6.9.3 imprimir a ficha de inscrição, devidamente preenchida; e

6.9.4 efetuar o pagamento da taxa de inscrição, se dela não estiver isento(a);

6.10 Não serão aceitos inscrições e pagamentos fora do prazo especificado neste Aviso.

6.11 Não será aceita inscrição condicional, nem por outro meio que não o estabelecido neste Aviso.

6.12 O(A) candidato(a) inscrito por terceiros assume total responsabilidade pelas informações inseridas na Ficha de Inscrição eletrônica, arcando com todas as consequências de eventuais erros de seu(sua) procurador(a).

6.13 O Comando da 11ª Região Militar não se responsabilizará por inscrição não realizada por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica, que impossibilitem a transferência de dados.

6.14 O(A) candidato(a) poderá inscrever-se em apenas uma área de atuação e guarnição/cidade.

6.15 O(A) candidato(a) deverá verificar os dados informados na Ficha de Inscrição antes de confirmá-los. **Após o encerramento das inscrições, previsto no Anexo A, os dados não poderão ser alterados.**

6.16 O Sistema de Inscrição para o Serviço Militar Temporário (SISMIL) está configurado para realizar inscrições utilizando *browser* (navegador) “Mozilla Firefox”, versão para *desktop*, a partir do versionamento 66.03.

7. DOS PROCEDIMENTOS PARA PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1 Estará isento(a) do pagamento da taxa de inscrição o(a) candidato(a) que atenda aos seguintes requisitos:

7.1.1 estiver inscrito(a) no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e for membro de família de baixa renda.

7.1.2 Para fins de aplicação do item 7.1 adotam-se as seguintes definições:

7.1.2.1 família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por essa unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio;

7.1.2.2 família de baixa renda sem prejuízo do disposto no item 7.1.1 e seus subitens: aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo ou a que possua renda familiar mensal de até 03 (três) salários-mínimos;

7.1.2.3 domicílio: o local que serve de moradia à família; e

7.1.2.4 renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família.

7.2 O(A) candidato(a) que se enquadrar na situação descrita acima deverá entregar pessoalmente ou por meio de procurador(a) legalmente constituído, a documentação relacionada no item 7.4 e seus subitens no Protocolo Geral da(s) organização(ões) militar(es) listada(s) no subitem abaixo, até a data-limite para solicitação de isenção da taxa de inscrição prevista no Anexo A.

7.3 A entrega da documentação listada no item 7.4 e seus subitens, referente à solicitação de isenção da taxa de inscrição, deverá ser realizada pessoalmente ou por procurador(a) legalmente constituído para este fim, na guarnição onde se inscreveu, nos endereços abaixo relacionados:

Guarnição	Organização Militar (OM)	Endereço	Local e Horário
Brasília – DF	Comando da 11ª Região Militar	Avenida do Exército, S/N, QG do Comando Militar do Planalto/11ªRM, Setor Militar Urbano (SMU) – Brasília DF	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30min e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Cristalina – GO	Comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada	Rua Visconde Mauá, Centro, Cristalina - GO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Formosa – GO	Centro de Logística de Mísseis e Foguetes	BR 020, KM 7, Zona Rural, Formosa – GO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Goiânia – GO	Base Administrativa do Comando de Operação Especiais	Avenida Salvador, S/N, Jardim Guanabara I Goiânia - GO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Jataí – GO	41º Batalhão de Infantaria Motorizada	Vila Olavo, S/N	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Araguari – MG	2º Batalhão Ferroviário	Rua Professora Lourdes Naves, nº	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30

		750, Bairro Santo Antônio – Araguari MG	e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Palmas – TO	22º Batalhão de Infantaria	Fazenda Brejo Comprido, Areia 1- Zona Rural Palmas – TO	No Protocolo-Geral (2ªa 5ª feira, das 9h às 11h30min e das 13h às 16h45min e nas 6ªfeira, das 08h às 11h45min)

7.4 Os documentos listados abaixo deverão ser entregues com todas as páginas numeradas e rubricadas de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme discriminado nos subitens abaixo.

7.4.1 ficha de Inscrição Eletrônica impressa após a inscrição realizada no sítio www.11rm.eb.mil.br.

7.4.2 requerimento do(a) candidato(a) encaminhado ao Comandante da 11ª Região Militar, conforme o Anexo I.

7.4.3 DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE DOCUMENTOS APRESENTADOS (Anexo F).

7.4.4 cópia de documento oficial com foto (Carteira de Identidade, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho e Previdência Social); e

7.4.5 cópia do Comprovante de Residência.

7.4.5.1 O Comprovante de Residência convencional poderá ser substituído pela Declaração de Residência nos moldes previstos na Lei nº 7.115/83.

7.4.5.2 No caso de falsificação e/ou omissão de informações na Declaração de Residência, prevista no item anterior, serão adotadas todas as medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

7.4.6 O(A) candidato(a) que estiver empregado(a) deverá encaminhar, ainda:

7.4.6.1 cópia do contracheque ou de documento similar emitido pelo empregador(a); ou

7.4.6.2 declaração de renda emitida por contador(a), devidamente registrado no seu órgão de classe, para os trabalhadores ambulantes, prestadores de serviços e os que exerçam atividade autônoma, cuja remuneração, somada, não exceda a 3 (três) salários-mínimos.

7.4.7 O(A) candidato(a) que estiver desempregado(a) deverá enviar, também:

7.4.7.1 cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou, caso não possua, declaração pessoal de desempregado(a); e

7.4.7.2 indicação do Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico (se estiver enquadrado nesta situação).

7.4.8 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao(à) candidato(a) que:

7.4.8.1 omitir informação ou prestar informação inverídica;

7.4.8.2 fraudar ou falsificar documentação; e

7.4.8.3 deixar de cumprir qualquer um dos requisitos, forma e prazo estabelecidos no item 7 e seus subitens.

7.5 O(A) candidato(a) que apresentar documento inidôneo, ou firmar declaração falsa, para se beneficiar da isenção da taxa de inscrição, terá sua inscrição e todos os atos dela decorrentes anulados e estará sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do Art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

7.6 Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção e dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

7.7 Também terá isenção da taxa de inscrição o(a) candidato(a) doador(a) de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 13.656/2018.

7.8 Para solicitar a isenção da taxa de inscrição, o(a) candidato(a) amparado pela Lei nº 13.656/2018 deverá apresentar, cumulativamente, os documentos relacionados:

7.8.1 atestado ou laudo emitido por médico(a) de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina, que comprove que o(a) candidato(a) efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação;

7.8.2 DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE DOCUMENTOS APRESENTADOS (Anexo F);

7.8.3 requerimento do(a) candidato(a) encaminhado ao Comandante da 11ª Região Militar, conforme o Anexo I; e

7.8.4 cópia de documento oficial com foto: Carteira de Identidade, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho e Previdência Social;

7.9 A entrega da documentação prevista no item 7.4 e em seus subitens, referente à solicitação de isenção da taxa de inscrição, deverá ser realizada pessoalmente ou por procurador legalmente constituído para este fim, na guarnição onde se inscreveu, nos endereços relacionados no item 7.3.

7.10 Cada pedido de isenção de taxa de inscrição será analisado e julgado pelo presidente da Comissão de Seleção Especial – CSE, quando oriundo de candidato(a) inscrito para a guarnição de Brasília-DF, ou pelo presidente da respectiva Subcomissão de Guarnição, no caso de pedido de isenção de taxa de inscrição requerido por candidato(a) inscrito em outra guarnição.

7.11 Para fins de solicitação de isenção de taxa de inscrição, serão aceitas cópias/reproduções não autenticadas, bem como os requerimentos, declarações e demais documentos assinados pelo candidato(a), sem necessidade de firma reconhecida em cartório, desde que acompanhados da **DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE DOCUMENTOS APRESENTADOS** (Anexo F).

7.12 A relação dos(as) candidatos(as) que tiveram o seu pedido de isenção de taxa de inscrição deferido será divulgada no sítio www.11rm.eb.mil.br, na data prevista no Anexo A.

7.13 O(A) candidato(a) que tiver seu requerimento de isenção indeferido para efetivar a sua inscrição no processo seletivo deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data limite estabelecida no Anexo A.

7.14 **No momento da entrega dos documentos, os candidatos deverão apresentar os respectivos originais para fins de conferência.**

8. DA AVALIAÇÃO CURRICULAR (realizada pelo sistema SISMIL, na ocasião da inscrição)

8.1 O(A) candidato(a) deverá apresentar Diploma de Nível Fundamental e de Curso Profissionalizantes concluídos até a data prevista para a incorporação indicada no ANEXO A, sob pena de eliminação do certame. Já Os títulos, a atividade profissional, os cursos, os artigos científicos e os livros deverão ter relação direta com a habilitação e/ou profissão de interesse para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu, bem como deverão ser lançados na Ficha de Inscrição.

8.2 O ensino fundamental, os cursos profissionalizantes, os títulos (Ensino Médio, Curso Técnico, Curso de Nível Superior, Pós-Graduação, Especialização/MBA, Mestrado e Doutorado), as certificações de informática, os cursos, as publicações técnicas (artigo científico e livro) e o exercício da atividade profissionais informados no ato da inscrição, para serem pontuados, deverão pertencer à habilitação e/ou profissão de interesse que o(a) candidato(a) postula, terem sido lançados na Ficha de Inscrição e terem sido concluídos até a data prevista para a incorporação indicada no ANEXO A, sob pena de eliminação do certame.

8.3 A Avaliação Curricular será realizada automaticamente pelo sistema SISMIL, o qual atribuirá pontos, de acordo com os dados lançados pelo(a) próprio(a) candidato(a) na Ficha de Inscrição eletrônica, sendo o(a) candidato(a) responsável pela comprovação da veracidade das informações apresentadas.

8.4 Os pontos e a classificação atribuídos automaticamente pelo SISMIL, de acordo com os dados lançados pelo(a) próprio(a) candidato(a) na Ficha de Inscrição eletrônica, corresponderão apenas à conferência quantitativa dos documentos cadastrados, não gerando expectativa de direito real na pontuação e classificação final. A análise desses documentos será realizada pela Comissão de

Seleção Especial – CSE durante a Validação da Avaliação Curricular, a qual poderá resultar na alteração da pontuação e da classificação.

8.5 O Anexo K serve como referência ao(à) candidato(a), apresentando a pontuação atribuída a cada aspecto da sua formação e experiência profissional.

8.6 Em data prevista no Anexo A, será divulgada, na internet www.11rm.eb.mil.br, a Validação da Avaliação Curricular dos(as) candidatos(as) inscritos em ordem de pontuação, dentro das áreas de interesse.

8.7 Na mesma oportunidade, será apresentada a relação dos(as) candidatos(as) chamados para a Etapa II, Entrega de currículos, na CSE, para fins de Validação da Avaliação Curricular.

8.8 Os(As) candidatos(as) chamados para a Etapa II deverão entregar, pessoalmente ou por intermédio de procurador legal, munido de instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste certame, os documentos relacionados no item 7.4 e em seus subitens, em data, hora e local constantes da chamada para entrega de currículos, conforme divulgação no sítio www.11rm.eb.mil.br.

9. DAS HOMOLOGAÇÕES DAS INSCRIÇÕES

9.1 Terão suas inscrições homologadas os(as) candidatos(as) que tiverem pago a taxa de inscrição dentro do prazo estipulado no calendário constante do Anexo A e aqueles que estiverem isentos dela.

9.2 Somente estará apto(a) a prosseguir para a fase seguinte do processo seletivo (Etapa II) o(a) candidato(a) que tiver a sua inscrição homologada.

9.3 Em data prevista no Anexo A, será divulgada no sítio www.11rm.eb.mil.br a relação das inscrições homologadas e não homologadas.

9.4 Na relação das inscrições homologadas, constarão os nomes dos(as) candidatos(as) inscritos(as) em ordem decrescente de pontuação, dentro das áreas de interesse.

10. ETAPA II

10.1 ENTREGA DE CURRÍCULOS

10.2 Serão chamados(as) para a Etapa II, para a entrega de currículos e Validação da Avaliação Curricular, os(as) candidatos(as) de maior pontuação na avaliação curricular, cujas inscrições foram homologadas, de acordo com listas a serem divulgadas oportunamente, no sítio www.11rm.eb.mil.br.

10.3 A Validação da Avaliação Curricular é de caráter seletivo, classificatório e eliminatório e será realizada de acordo com os documentos apresentados pelo(a) candidato(a), ou seu(sua) procurador(a), abrangendo todos os documentos apresentados.

10.4 O(A) candidato(a) chamado(a) para Validação da Avaliação Curricular deve entregar, pessoalmente, ou por intermédio de procurador legal, munido de instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste processo seletivo, os documentos relacionados no item 10.10 e em seus subitens, bem como os comprovantes de todos os cursos, títulos, publicações e experiências profissionais declarados na Ficha de Inscrição eletrônica, em data, hora e local indicados na chamada para a Etapa II, divulgados no sítio da 11ª Região Militar.

10.5 Não será aceita a entrega de documentos em data posterior à constante da chamada, bem como a remessa por via postal, fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio.

10.6 Não será considerado documento apresentado no currículo aquele que não tenha sido informado/declarado expressamente na Ficha de Inscrição.

10.7 Em caso de eliminação de algum candidato(a) nesta etapa, serão chamados(as), por ordem de classificação, novos(as) candidatos(as) para apresentação de documentação, nos dias subsequentes, por meio do sítio da 11ª Região Militar.

10.8 As informações prestadas pelo(a) candidato(a) são de sua inteira responsabilidade.

10.9 A entrega de documentos para a Validação da Avaliação Curricular é de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) e do seu(a) procurador(a) (se for o caso), estando ambos sujeitos à responsabilização cível, penal e administrativa.

10.10 Todos os documentos da Validação da Avaliação Curricular deverão ser entregues, com todas as páginas numeradas e rubricadas de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme lista de verificação de documentos no ANEXO "O".

10.10.1 Ficha de Inscrição Eletrônica impressa após a inscrição realizada no sítio www.11rm.eb.mil.br, com foto 3x4 colada.

10.10.2 Procuração, com firma reconhecida em cartório, caso não seja possível o comparecimento pessoal do(a) candidato(a) no local e data previstos para a entrega de documentos para a Validação da Avaliação Curricular.

10.10.3 Original do comprovante de pagamento da taxa de inscrição, mediante Guia de Recolhimento da União – GRU, dentro do prazo-limite constante do Anexo A, caso não esteja isento do pagamento da referida taxa.

10.10.4 Declaração de Voluntariado para Prestação do Serviço Militar Temporário, por um período mínimo de doze meses (Anexo B), assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.10.5 Declaração de Tempo de Serviço Público prestado junto às Forças Armadas Anterior à Incorporação (Anexo C), informando os órgãos e os períodos trabalhados, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado. **ATENÇÃO:** o(a) candidato(a) que não possuir tempo de serviço público deverá registrar 00 ano 00 mês 00 dia.

10.10.6 Declaração de Residência (Anexo D), assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.10.7 Declaração de Residente em Município Diverso da Sede da OM de Incorporação (Anexo E), quando for o caso, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.10.8 Cópia do Comprovante de Residência.

10.10.8.1 O comprovante de residência convencional poderá ser substituído pela Declaração de Residência nos moldes previstos na Lei nº 7.115/83.

10.10.8.2 No caso de falsificação e/ou omissão de informações na Declaração de Residência, prevista no item anterior, serão adotadas todas as medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

10.10.9 DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS (Anexo F).

10.10.10 Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez Anexo I, apenas para candidatas do segmento feminino. Tendo em vista a proteção constitucional do direito à maternidade, toda mulher deve assinar, por ocasião do processo seletivo, uma declaração de ciência da necessidade de informação imediata à Instituição, caso apresente ou venha a apresentar estado de gravidez no curso do processo. O estado de gravidez impede a realização da IS, do EAF e a incorporação para o Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST), em virtude dos riscos decorrentes das atividades militares a serem desenvolvidas.

10.10.11 Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público (Anexo G), assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.10.12 Declaração de Ciência de Impedimento para comerciar, ou tomar ciência do impedimento para comerciar ou fazer parte na administração, ou gerência de sociedade privada, dela ser sócio ou participar (Anexo H), assinada de próprio punho pelo candidato(a), conforme constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.10.13 Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral no sítio (www.tse.jus.br).

10.10.14 Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal, extraída do sítio da Justiça Federal, onde o(a) candidato(a) residiu nos últimos 05 (cinco) anos.

10.10.15 Certidão Negativa Criminal, emitida pela Justiça Estadual/Distrital, extraída do sítio da Justiça Estadual/Distrital, onde o(a) candidato(a) residiu nos últimos 05 (cinco) anos.

10.10.16 Certidão negativa criminal militar, emitida pelo Superior Tribunal Militar no sítio www.stm.jus.br.

10.10.17 Cópia de documento oficial com foto: Carteira de Identidade, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação ou Carteira de Trabalho e Previdência Social.

10.10.18 Cópia do CPF ou comprovante de situação cadastral do CPF no sítio www.receita.fazenda.gov.br.

10.10.19 Apresentação do título de Eleitor poderá ser substituída pela Certidão de Quitação Eleitoral, nos moldes exigidos no item 10.10.13.

10.10.20 Cópia do Certificado de Dispensa de Incorporação de candidatos que foram dispensados do Serviço Militar Obrigatório.

10.10.21 Cópia do Certificado de Reservista.

10.10.22 Para candidato(a) militar da reserva não remunerada das Forças Armadas ou integrante de Forças Auxiliares, é obrigatória a apresentação dos assentamentos/Folhas de Alterações militares, relativas a todo o período de serviço, constando, no caso das praças, obrigatoriamente, a classificação do seu comportamento por ocasião da sua exclusão ou desligamento.

10.10.22.1 Em caráter excepcional, enquanto aguarda o fornecimento das Folhas de Alterações ou certidão de assentamentos, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos e legais de elaboração desses documentos, o(a) candidato(a) poderá apresentar declaração/solicitação emitida pela OM que serviu.

10.10.22.2 A não apresentação das Folhas de Alterações até a data de incorporação eliminará o(a) candidato(a) militar da reserva não remunerada do processo seletivo.

10.10.22.3 Os assentamentos/Folhas de Alterações não suprem e não servem como documento complementar à Certidão de Tempo de Serviço Público prestado em órgão público federal, estadual ou municipal.

10.10.23 Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

10.10.24 Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes, quando for o caso.

10.10.25 Cópia da carteira, na qual fique comprovado o registro ativo do respectivo conselho ou ordem de profissionais, apenas para as áreas cuja exigência conste no Anexo L.

10.10.25.1 Em caráter excepcional, para fins de inscrição no processo seletivo, enquanto aguarda o fornecimento da Carteira, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos e legais de regularização desse documento, o candidato(a) poderá apresentar declaração ou Certidão emitida pelo Conselho classe, que comprove a sua inscrição e regularidade junto ao órgão.

10.10.25.2 Será obrigatória a comprovação de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional ou Ordem (quando houver), em condição de legitimidade para o exercício da profissão, incluindo a correspondente habilitação ao exercício da profissão na especialidade a que concorrer, a fim de impedir a incorporação de profissional que esteja com a sua habilitação suspensa ou cassada.

10.10.25.3 No ato da incorporação, o(a) candidato(a) deverá comprovar inscrição e regularidade junto ao Órgão de Classe do estado/Distrito Federal onde ocorrerá a incorporação, quando exigido no Anexo L.

10.10.25.4 Quando o Conselho de Classe relativizar, dispensar, excepcionar ou tornar facultativo o registro junto ao Órgão, sem a possibilidade de caracterizar exercício ilegal da profissão, o(a) candidato(a) deverá apresentar cópia da Norma que relativiza, dispensa, excepciona ou torna facultativos o registro ou a declaração/certidão do respectivo conselho, com a devida justificativa.

10.10.26 Cópia do Diploma/Certidão/Histórico de conclusão de Ensino Fundamental devidamente registrado pela unidade da Federação na qual concluiu o curso.

10.10.26.1 Se for o caso, cópia do Diploma de Nível Médio, devidamente registrado pela unidade da Federação na qual concluiu o curso, ou pelo Ministério da Educação.

10.10.26.2 Se for o caso, cópia do Diploma de Curso de Nível Técnico ou Curso de Nível Superior, cursado em instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação – MEC.

10.10.27 Cópia do certificado de conclusão de Curso Profissionalizante que o habilite a exercer cargo de interesse da Força para o qual se candidatou.

10.10.28 Se for o caso, cópia do(s) diploma(s) e/ou certificado(s) de pós-graduação que possuam relação direta com a habilitação para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu.

10.10.28.1 As pós-graduações *Stricto Sensu* (Mestrado e/ou Doutorado) declaradas, referentes à habilitação para a qual concorre, deverão ser devidamente registradas por instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

10.10.28.2 Os certificados e as declarações de conclusão de pós-graduações *Stricto Sensu* (Mestrado e/ou Doutorado) deverão ser devidamente, expedidos pelos estabelecimentos de ensino cadastrados e autorizados pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES.

10.10.28.3 No caso das pós-graduações *Lato Sensu* (especialização com duração mínima de 360 horas), na modalidade presencial ou a distância, o Certificado deverá ter relação direta com a habilitação para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu, bem como a instituição de ensino deverá ser reconhecida pelo MEC e cadastrada no e-MEC.

10.10.28.4 As declarações de conclusão de pós-graduações *Lato Sensu* (especialização/MBA com duração mínima de 360 horas), obrigatoriamente acompanhadas dos seus respectivos históricos, na modalidade presencial ou a distância, emitidas pela instituição de ensino que efetivamente ministrou o curso, bem como atender às exigências da Resolução CNE/CES nº 01, de 6 de abril de 2018, que estabelece Normas para o Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização.

10.10.28.5 Os certificados de pós-graduação, emitidos pelas Associações e Conselhos de Classe, somente serão aceitos para fins de pontuação se os emitentes estiverem devidamente autorizados pelo Ministério da Educação, para funcionar como Instituição de Ensino, cadastrados no e-MEC e os cursos devidamente reconhecidos pelo MEC.

10.10.28.6 Em caráter excepcional, para fins de inscrição no processo seletivo, enquanto aguarda o fornecimento do Diploma de Conclusão de Ensino Fundamental e/ou do Curso Profissionalizante em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos e legais de regularização desses documentos, o(a) candidato(a) poderá apresentar Declaração ou Certidão emitida pela instituição de ensino, a qual será válida até a convocação para incorporação do(a) candidato(a), em data prevista no Anexo A, devendo, para ser efetivada a sua incorporação, apresentar o Diploma ou Certificado de conclusão do curso, sob pena de ser eliminado(a) do processo seletivo.

10.10.29 Cópia do(s) certificado(s) dos cursos previstos no item 2 do Anexo K.

10.10.30 Cópia de artigo científico, informando o veículo/periódico, bem como o ISSN (*International Standard Serial Number*) ou DOI (*Digital Object Identifie*).

10.10.30.1 A autenticação em cartório exigida no item anterior está dispensada desde que acompanhado do original.

10.10.30.2 Os artigos científicos serão classificados de acordo com o Qualis do último quadriênio ou triênio divulgado oficialmente no sítio da Plataforma Sucupira e receberão pontuação, conforme previsto no Anexo K.

10.10.30.3 Os artigos científicos sem classificação no último quadriênio ou triênio, disponível oficialmente na Plataforma Sucupira, somente serão pontuados se apresentados cumulativamente com a Carta de Aceite, na qual conste expressamente a classificação do periódico.

10.10.30.4 O Qualis é o sistema utilizado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), do Ministério da Educação, que avalia a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir de análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, dos periódicos científicos.

10.10.30.5 Para fins de comprovação de artigo científico publicado exclusivamente em meio digital, é necessária a apresentação de cópia física, acompanhada do arquivo em *pen drive* ou *CD-ROM*, com indicação do sítio eletrônico no qual foi publicado e encontra-se disponível para leitura e consulta, não necessitando de autenticação, desde que atenda a essas exigências.

10.10.30.6 No que se refere a artigo científico em língua estrangeira, faz-se necessário apresentar o resumo em português, feito por tradutor juramentado.

10.10.30.7 O artigo científico publicado em língua estrangeira, com o resumo em língua portuguesa, dispensa a tradução juramentada prevista no item anterior.

10.10.31 Cópia do livro como autor, coautor e organizador, desde que tais informações estejam contidas na Ficha Catalográfica da obra e a publicação integre o Sistema de identificação numérica, conhecido como ISBN (*International Standard Book Number*).

10.10.31.1 Também será possível pontuar como autor de capítulo, desde que se apresente cópia do livro no qual foi publicado o artigo e a publicação integre o sistema de identificação numérica, conhecido como ISBN (*International Standard Book Number*).

10.10.31.2 Os livros digitais deverão ser entregues impressos na íntegra. Deve-se informar o sítio onde está publicado e atender às exigências previstas nos itens 10.10.30 para autor, coautor e organizador ou 10.10.30.1 para autor de capítulo.

10.10.31.3 No que se refere a livro em língua estrangeira, faz-se necessário apresentar cumulativamente, a ficha catalográfica e a introdução em português, feitas por tradutor juramentado.

10.10.31.4 O livro publicado em língua estrangeira, com ficha catalográfica e introdução em língua portuguesa, dispensa a tradução juramentada prevista no item anterior.

10.10.31.5 O(A) candidato(a) não poderá pontuar cumulativamente como autor, coautor, organizador ou autor de capítulo, devendo escolher apenas uma das categorias para fins de pontuação.

10.10.31.6 Destaque-se que a publicação de artigo científico em livro não é considerada como livro publicado.

10.10.32 Cópia de comprovação na área de ensino e da experiência profissional.

10.10.33 Cópia do(s) certificado(s) do(s) curso(s), previstos no item 2 do Anexo M.

10.10.34 Para candidato(a) militar da ativa ou da reserva das Forças Armadas ou integrante de Forças Auxiliares, é obrigatória a apresentação das Folhas de Alterações ou certidão de assentamentos militares, relativas a todo o período de serviço, constando, no caso das praças, obrigatoriamente, a classificação do seu comportamento por ocasião da sua exclusão ou desligamento.

10.10.34.1 As Folhas de Alterações não suprem e não servem como documento complementar à Certidão de Tempo de Serviço Público prestado em órgão público federal, estadual ou municipal.

10.10.34.2 Em caso de candidato(a) militar da reserva não-remunerada, as Folhas de Alterações servem como documento complementar à Certidão de Tempo de Serviço Público prestado em órgão público federal, quando se tratar de experiência profissional prestada junto às Forças Armadas.

10.10.34.3 Em caráter excepcional, enquanto aguarda o fornecimento das Folhas de Alterações ou certidão de assentamentos, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos e legais de elaboração desses documentos, o(a) candidato(a) poderá apresentar declaração/solicitação emitida pela OM em que serviu.

10.10.34.4 A não apresentação das Folhas de Alterações até a data de incorporação eliminará o(a) candidato(a) do processo seletivo.

10.10.34.5 Em caráter excepcional, enquanto aguarda o fornecimento das Folhas de Alterações ou certidão de assentamento, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos e legais de elaboração desses documentos, o(a) candidato(a) poderá apresentar declaração informando expressamente que concluiu com aproveitamento o estágio informado na Ficha de Inscrição.

10.11 Todo documento que esteja em língua estrangeira deverá ser acompanhado de versão em português, feita por tradutor juramentado, exceto as certificações de informática e as exceções previstas neste Aviso de Convocação.

10.12 No momento da entrega dos documentos, os candidatos deverão apresentar os respectivos originais para fins de conferência.

10.13 A não apresentação dos documentos originais, conforme exigido no subitem 10.12 no momento da entrega do(s) documento(s), para fins de Validação da Avaliação Curricular, implicará

a eliminação do(a) candidato(a), quando se tratar dos documentos constantes no item 15.3 ou acarretará a perda da pontuação, nos demais casos.

10.14 O(A) candidato(a) (ou procurador legal munido de instrumento de procuração com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para este certame, para resolver quaisquer assuntos referentes ao(à) candidato(a) neste processo seletivo) deverá comparecer para a entrega de todos os documentos, incluindo as declarações previstas para esta Etapa, na data, no local e horário constantes da chamada para entrega de currículos, a ser divulgada no sítio da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br. O não comparecimento ou atraso acarretará a sua eliminação do processo seletivo.

10.15 Os Anexos C e G, as Certidões previstas nos subitens 10.10.12, 10.10.13, 10.10.14, 10.10.15, bem como os documentos previstos nos subitens 10.10.24 (se for o caso), 10.10.24.1 (se for o caso), 10.10.24.2 (se for o caso), 10.10.24.4 (se for o caso) deverão ser entregues novamente pelo(a) candidato(a), na apresentação para realização do Exame de Aptidão Física (EAF), sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

10.16 Os Anexos C e G, as Certidões previstas nos subitens 10.10.12, 10.10.13, 10.10.15, 10.10.16, bem como os documentos previstos nos subitens 110.10.24 (se for o caso), 10.10.24.1 (se for o caso), 10.10.24.2 (se for o caso), 10.10.24.3 (se for o caso), 10.10.24.4 (se for o caso) deverão ser entregues novamente pelo(a) candidato(a), no ato da incorporação, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

10.17 As declarações/certidões/documentos previstos nos itens 10.15 e 10.16 deverão ser atualizados, ou seja, emitidos/expedidos nos últimos 30 (trinta) dias.

10.18 Serão desconsiderados os documentos ilegíveis, que impossibilitem a leitura parcial ou integral do seu conteúdo.

11. DA VALIDAÇÃO DA AVALIAÇÃO CURRICULAR

11.1 Somente serão contabilizados, para fins de pontuação, no máximo, **2.920 (dois mil, novecentos e vinte)** dias, quando a comprovação do exercício de atividade profissional for feita por meio de **Carteira de Trabalho e Previdência Social, prestação de serviço por meio de recibo de pagamento autônomo (RPA), prestação de serviço como empresário individual e prestação de serviços em órgãos/instituições públicas.**

11.1.1 A experiência profissional será contabilizada em dias.

11.2 A pontuação referente à experiência profissional será de 0,006 para cada dia de atividade profissional e de ensino no meio Civil.

11.3 A pontuação referente à experiência profissional será de 0,007 para cada dia de atividade profissional e de ensino, no meio militar, como militar.

11.4 Para fins de comprovação de experiência profissional, não serão considerados períodos de tempo de trabalhos sobrepostos, mesmo em instituições/órgãos diferentes, inclusive no Magistério e/ou como profissionais da área de saúde.

11.5 Serão chamados para a Etapa III e prosseguirão no processo seletivo os(as) candidatos(as) de maior pontuação na avaliação curricular (Etapa II), podendo haver chamadas posteriores.

11.6 Atividades exercidas na área de ensino, títulos/graduações/diplomas, cursos, publicações técnicas e exercício de atividade profissional somente são considerados no que se refere a curso profissionalizante que o(a) candidato(a) postula, constante deste Aviso.

11.7 A comprovação do exercício da atividade profissional, as atividades na área de ensino, os títulos, os cursos, os artigos científicos, e os livros, somente serão validados e receberão pontuação, se possuírem relação direta com a Habilitação para a qual o(a) candidato(a) está concorrendo e deverão de constar na Ficha de inscrição.

11.8 A comprovação do exercício de atividade profissional, inclusive daquela exercida na área de ensino, deverá ser feita de uma das quatro maneiras relacionadas a seguir: **mediante apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social, prestação de serviço por meio de RPA, prestação de serviço como empresário individual e prestação de serviços em órgãos/instituições públicas.**

11.9 Na apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

11.9.1 A comprovação de atividade exercida na área de ensino ou exercício de atividade profissional, mediante apresentação da CTPS, deverá atender às exigências abaixo relacionadas:

11.9.1.1 Apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, contendo a página de identificação do trabalhador, a página em que conste o registro do empregador que informe o período (com início e fim), discriminando o tempo de serviço e o cargo/ocupação desempenhados, bem como a Razão Social e o número CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica, ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física para quem o(a) candidato(a) desenvolveu a atividade. Caso na CTPS não esteja especificado o cargo/ocupação desenvolvidos pelo(a) candidato(a) que tenham relação com a especialização para a qual concorre, faz-se necessário, concomitantemente, apresentar declaração do empregador relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), exclusivamente na especialidade para a qual estiver

concorrendo, com reprodução/cópia autenticada em cartório e declaração com firma reconhecida em cartório.

11.9.1.2 Extrato de contribuições emitido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), onde conste o período trabalhado e a empresa cadastrada na Ficha de Inscrição.

11.9.1.3 Caso se faça necessária a apresentação da declaração citada no item 11.9.1.1 (quando o cargo/ocupação constante na CTPS não especificar a atividade desenvolvida) é obrigatório informar a Razão Social e o número CNPJ no caso de Pessoa Jurídica ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física que desenvolveu a atividade, bem como o código de ocupação previsto na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), exclusivamente na especialidade para que estiver concorrendo, para fins de pontuação, bem como o período, com reprodução/cópia autenticada em cartório com reconhecimento de firma em cartório.

11.9.1.4 Caso a CTPS não contenha a anotação referente ao fim do vínculo empregatício da experiência profissional cadastrada, faz-se necessária uma declaração do empregador, informando o período trabalhado, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

11.9.1.5 Na cópia da CTPS deverá constar obrigatoriamente a identificação do trabalhador, com foto e qualquer outra página que auxilie a Avaliação.

11.9.1.6 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do Órgão ou setor equivalente;

11.9.1.7 Na falta da Carteira de Trabalho e Previdência Social, poderá ser apresentado o Extrato do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), constando o nome da pessoa jurídica ou pessoa física, acompanhado da declaração do empregador relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), bem como o período exclusivamente na especialidade para que estiver concorrendo, para fins de pontuação.

11.9.2 Se o(a) candidato(a) não apresentar toda a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/hora e no local previsto no chamamento, não receberá a pontuação.

11.9.3 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar a documentação como recurso, continuará sem a pontuação referente à experiência profissional, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11.10 Na prestação de serviço por meio de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA)

11.10.1 Mediante apresentação de reprodução/cópia de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA) sendo obrigatório, o primeiro e o último recibos do período trabalhado acompanhados da declaração do contratante/beneficiário em que se informe a Razão Social e o número CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica, ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física para quem desenvolveu a atividade, bem como o período (com início e fim, se for o caso) a espécie de serviço prestado e a descrição das atividades, exclusivamente na especialidade para que estiver concorrendo, para fins de pontuação. Também se faz obrigatória a apresentação da certidão emitida pelo INSS, com a indicação da profissão, acompanhada do extrato de contribuições previdenciárias, exclusivamente na especialidade para que estiver concorrendo, com firma reconhecida em cartório somente para a Declaração.

11.10.2 Se o(a) candidato(a) não apresentar **toda** a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/hora e no local previsto no chamamento, não receberá a pontuação.

11.10.3 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar a documentação como recurso, continuará sem a pontuação referente à experiência profissional, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11.11 Na prestação de serviços como empresário individual, pequeno e Micrompreendedor Individual – MEI e Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI (não pode Sociedade de Empresas)

11.11.1 Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), em que conste o nome do(a) candidato(a) como responsável pela empresa, acompanhado do extrato de contribuições emitido pelo INSS.

11.11.2 As atividades econômicas principais e/ou secundárias vinculadas ao CNPJ deverão estar relacionadas com o Curso Técnico ou Curso Superior, se for o caso, para a qual o(a) candidato(a) está concorrendo.

11.11.3 Não será aceita comprovação de experiência profissional na qualidade de sócio de sociedade empresária, inclusive sociedade em cota de participação.

11.11.4 Se o(a) candidato(a) não apresentar **toda** a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/hora e no local previsto no chamamento, não receberá a pontuação.

11.11.5 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar a documentação como recurso, continuará sem a pontuação referente à experiência profissional, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11.12 Em órgão/instituição pública

11.12.1 Documento oficial emitido pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor, datado e assinado pelo respectivo órgão de Gerência de Pessoas, que informe o período, com data completa de início e fim, se for o caso, com a descrição detalhada das atividades desenvolvidas, exclusivamente na habilitação para que estiver concorrendo, para fins de pontuação.

11.12.2 Caso o documento previsto no subitem 11.12.1 não especifique a atividade desenvolvida nem o período, faz-se necessário apresentar, simultaneamente, declaração do empregador, relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), bem como o período.

11.12.3 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do Órgão ou equivalente.

11.12.4 Os(As) candidatos(as) da área de saúde do meio civil, também poderão comprovar a experiência profissional apresentando o histórico de vínculo extraído do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), disponível no sítio <http://cnes.datasus.gov.br/>, se for o caso, desde que as informações cadastradas na Ficha de Inscrição sejam compatíveis com os dados oficiais do Ministério da Saúde (responsável pelo cadastro).

11.12.5 Se o(a) candidato(a) não apresentar **toda** a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/hora e no local previsto no chamamento, não receberá a pontuação.

11.12.6 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar a documentação como recurso, continuará sem a pontuação referente à experiência profissional, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

11.13 Não será considerada para fins de pontuação, em hipótese alguma, a experiência com o trabalho voluntário, estágio, monitoria ou bolsa de estudo e/ou pesquisa.

11.14 Para fins de pontuação de experiência profissional na área de ensino e/ou Magistério, somente serão aceitos e pontuados os períodos em que houve a atuação docente nas áreas a que concorrem e especificadas no Anexo L

11.15 Os cursos realizados no exterior deverão ter a validação do Órgão de Classe ao qual o(a) candidato(a) está vinculado, se for o caso, sendo que pós-graduações *Strictu Sensu* deverão ser reconhecidas por instituições de ensino nacionais (Lei nº 9.394 de 1996) para poderem pontuar.

11.16 Os currículos entregues à Comissão de Seleção Especial serão avaliados por uma equipe composta por militares especializados, conforme as áreas de interesse constantes desse Aviso.

ATENÇÃO: o resultado das eventuais perdas de pontuação da Avaliação Curricular estará disponível no sítio www.11rm.eb.mil.br, por meio do *link* de acesso da inscrição, no período destinado à interposição de recursos.

11.17 Para os(as) candidatos(as) que concorrem a cargos que exigem qualificação profissional regulamentada por lei, é obrigatório o registro no respectivo conselho de profissionais, se houver e quando exigido, no Anexo L.

11.18 Se exigido no Anexo L, será obrigatória a comprovação de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional ou Ordem (quando houver), em condição de legitimidade para o exercício da profissão, incluindo a correspondente habilitação ao exercício da profissão na especialidade a que concorrer, visando a impedir a incorporação de profissional que esteja com a sua habilitação suspensa ou cassada.

11.19 Para os(as) candidatos(as) que se enquadrem nos itens 11.17 e 11.18 e estiverem com registro profissional em outro estado, será obrigatório, no ato da incorporação, comprovar o registro, bem como a regularidade junto ao Órgão de Classe na Unidade da Federação onde ocorrerá a incorporação (Distrito Federal, Goiás, Tocantins ou Minas Gerais).

11.20 Quando o Conselho de Classe relativizar, dispensar, excepcionar ou tornar facultativo o registro junto ao Órgão sem a possibilidade de caracterizar exercício ilegal da profissão, o candidato (a) deverá apresentar cópia da Norma que relativiza, dispensa, excepciona ou torna facultativos o registro ou a declaração/certidão do respectivo conselho, com a devida justificativa.

11.21 Quando se fizer necessária a apresentação das declarações previstas nos itens 11.9.1.1, 11.9.1.7, 11.10.1 e 11.12.1, o(a) candidato(a) deverá apresentar uma declaração para cada período cadastrado, exceto se o documento detalhar os respectivos períodos separadamente.

11.22 Ao informar a experiência profissional na Ficha de Inscrição, o(a) candidato(a) deverá cadastrar a Razão Social e o número CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica, e o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física para a qual desenvolveu a atividade.

12. ETAPA III

12.1 Inspeção de Saúde (IS)

12.2 A fim de se evitarem gastos desnecessários, a orientação do Comando da 11ª Região Militar é a de que o(a) candidato(a) só deve providenciar os exames exigidos na Etapa III, após o chamamento para a Inspeção de Saúde.

12.2.1 Serão chamados(as) para a Etapa III e prosseguirão no processo seletivo os(as) candidatos(as) de maior pontuação na Validação da Avaliação Curricular (Etapa II).

12.3 A Inspeção de Saúde (IS) será realizada em locais, datas e horários conforme divulgação a ser veiculada no sítio da 11ª Região Militar.

12.3.1 Via de regra, os(as) candidatos(as) realizarão a Inspeção de Saúde (IS) nas guarnições para onde se inscreveram, salvo nos casos previstos neste Aviso de Convocação e/ou se a Administração Militar emitir ordem contrária.

12.4 O(A) candidato(a) deverá comparecer ao local, trajando roupa de banho por baixo (sunga ou biquíni), a fim de permitir a adequada Inspeção de Saúde.

12.5 Somente os(as) candidatos(as) selecionados(as) para a Etapa III deverão apresentar os resultados dos exames originais e cópia, com laudo, relacionados a seguir, cuja realização será de sua responsabilidade e ônus, todos datados de, no máximo, 01 (um) mês de antecedência do dia previsto para a Inspeção de Saúde:

12.6 Exames de Sangue:

12.6.1 Hemograma completo;

12.6.2 Tipagem sanguínea e fator Rh;

12.6.3 Coagulograma completo;

12.6.4. Colesterol total e frações;

12.6.5 Triglicerídeos;

12.6.6 Glicemia de Jejum;

12.6.6.1 Glicemia de 2 horas (pós-prandial);

12.6.7 Ureia e creatinina;

12.6.8 TGO e TGP;

12.6.9 Antígeno Prostático Específico – PSA (apenas para candidatos do sexo masculino);

12.6.10 Teste de gravidez B-HCG sanguíneo (apenas para candidatas do sexo feminino);

12.6.11 Sorologia para sífilis: VDRL;

12.6.12 Sorologia para Doença de Chagas (IGG e IGM);

12.6.13 Sorologia para hepatite B (HbsAg e Anti-Hbc: IgG e IgM);

12.6.14 Sorologia para hepatite C;

12.6.15 Sorologia para HIV;

12.7 Sumário de urina;

12.8 Parasitológico de fezes;

12.9 Colpocitologia oncótica (apenas para candidatas do sexo feminino);

Parágrafo único. No caso de impedimento para ser submetida ao Exame de Colpocitologia oncótica, a candidata obrigatoriamente deverá apresentar laudo médico especializado de ginecologista, que afirme a condição de virgem e relate a saúde física após a realização de exame.

12.10 Laudo de exame oftalmológico, com acuidade visual, fundoscopia, tonometria (medida de pressão ocular) e avaliação cromática, devendo constar, no caso de patologia oftalmológica, a receita médica e a prescrição de correção;

12.11 Audiometria com laudo;

12.12 Eletroencefalograma com laudo;

12.13 Teste ergométrico com laudo;

12.14 Exames de imagem:

12.14.1 Ecocardiograma com Doppler colorido com laudo;

12.14.2 Ressonância Nuclear Magnética dos joelhos (bilateral) com laudo;

12.14.3 Radiografia da coluna, conforme exigências abaixo:

a. radiografia de coluna cervical com laudo e imagem;

b. radiografia da coluna torácica com laudo e imagem;

c. radiografia da coluna lombar com laudo e imagem; e

d. radiografias da coluna deverão obrigatoriamente conter a descrição dos ângulos COBBS E FERGUSON em caso de desvios da coluna.

12.14.4 Radiografia dos campos pleuropulmonares com laudo;

12.14.5 Ultrassonografia mamária com laudo, apenas para candidatas do sexo feminino;

12.14.6 Radiografia panorâmica das arcadas dentárias com laudo especializado;

12.14.7 Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA) com laudo;

12.15 Exame de Aptidão Psicológica para Manuseio de Armas de Fogo realizado por psicólogos credenciados pela Polícia Federal, com parecer sobre a saúde mental do(a) candidato(a) em atividade que envolve o uso de armamento;

12.16 A lista das clínicas/psicólogos credenciados pela Polícia Federal pode ser consultada no sítio www.pf.gov.br.

12.17 Por ocasião da Inspeção de Saúde (IS) ou Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), poderão ser exigidos exames complementares, caso necessário, mediante justificativa.

12.18 São causas de incapacidade, por motivo de saúde, as patologias existentes previstas no Decreto nº 703, de 22 de dezembro de 1992, que altera as Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde de Conscritos nas Forças Armadas (IGISC), aprovadas pelo Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967, e alteradas pelo Decreto nº 63.078, de 5 de agosto de 1968, e no Anexo K e Volume XIV das Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército – NTPMEx, aprovadas pela Portaria nº 306-DGP, de 13 de dezembro de 2017.

12.19 Ainda, será considerado incapaz ao Exame Médico o(a) candidato(a) que apresentar:

12.19.1 Para candidatos do sexo masculino: altura inferior a 1,60 m e para candidatas do sexo feminino: altura inferior a 1,55 m;

12.19.2 Baixo peso, evidenciado através do rastreamento pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) abaixo de 18,5, pela OMS;

12.19.3 Obesidade (endógena, secundária ou exógena) conforme critérios abaixo:

12.19.3.1 Obesidade (endógena, secundária ou exógena), evidenciada através do rastreamento pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30, pela OMS, associado a evidência de adiposidade com distribuição anormal (CA- cintura abdominal- ao final da expiração e em seu maior perímetro entre a última costela e a crista íliaca superior a 102 cm no homem e 88 cm na mulher e Relação cintura estatura < 0,5, devendo a CA ser menor que metade da estatura);

12.19.3.2 Obesidade (endógena, secundária ou exógena), evidenciada através do rastreamento pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30, pela OMS, associada a um ou mais fatores de risco cardiológicos e marcadores cardiometabólicos (dislipidemia, evidência de doença arterial aterosclerótica, hipertensão, pré-diabetes ou resistência à insulina, diabetes, síndrome metabólica, tabagismo, história familiar de DAC precoce, histórico de tromboembolismos, alteração do perfil inflamatório, hipotireoidismo, gordura hepática);

12.19.3.3 Obesidade (endógena, secundária ou exógena), evidenciada através do rastreamento pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30, pela OMS, associada a alterações ortopédicas;

12.19.3.4 Obesidade (endógena, secundária ou exógena), evidenciada através do rastreamento pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30, pela OMS, associada a Apneia do sono. O risco pode ser predito pela medida da circunferência cervical na altura da cartilagem cricótireoidea, ajustada para fatores de risco: hipertensão (somar 4), ronco (somar 3), sufocamento ou falta de ar na maioria das noites (somar 3). A circunferência cervical ajustada > 48cm indica alta probabilidade de SAOS;

12.19.3.5 Obesidade (endógena, secundária ou exógena), evidenciada através do rastreo pelo Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30, pela OMS, associada a doença da vesícula biliar;

12.19.3.6 Sendo verificada presença de Obesidade pelo rastreo com IMC, medida da CA e relação cintura-estatura, o perito poderá indicar avaliação complementar com outros exames.

12.19.4 Doenças do Metabolismo e Sistema Endócrino:

12.19.4.1 Diabetes Insipidus;

12.19.4.2 Pré-diabetes ou Resistência à Insulina;

12.19.4.3 Hipertireoidismo;

12.19.4.4 Hipotireoidismo rebelde ao tratamento;

12.19.4.5 Erros Inatos ao Metabolismo;

12.19.4.6 Síndrome Metabólica, conforme critérios da International Federation of Diabetes (IDF): presença de Obesidade caracterizada pela menção da circunferência abdominal > 94 cm no homem e > 80 cm na mulher e mais 2 fatores: pressão sanguínea > ou igual a 130/85mmHg ou se estiver utilizando algum medicamento para reduzir a pressão arterial; Triglicerídeos > ou igual a 150mg/dl; HDL < 40mg/dl em homens e < 50mg/dl na mulher; Glicemia > ou igual 100 mg/dl ou DM diagnosticada;

12.19.5 Doenças do Sistema Hematopoiético: Hemoglobinopatia, Hemoglobina menor ou igual a 12g/dl, Hemofilia, Púrpura, Anticoagulação e outros Distúrbios da Coagulação Sanguínea;

12.19.6 Doenças Genéticas: qualquer Síndrome Genética;

12.19.7 Doenças Psiquiátricas: Transtornos Depressivos Recorrentes; Transtornos de Adaptação; Transtorno Afetivo Bipolar; Esquizofrenia;

12.19.8 Doenças Neurológicas: Epilepsias em uso de medicação (em vigência de tratamento); Distúrbios da Fala (afasia, disartria, anartria); Paralisia Facial, quando persistente e incompatível com a função militar;

12.19.9 Doenças do Aparelho Visual: Ceratocone; Estrabismo com desvio superior a 10º; Catarata; Glaucoma; Distúrbios de Refração: Miopia Acentuada (acima de 6 graus), Astigmatismo Acentuado (acima de 3 graus), Hipermetropia (acima de 6 graus), associação entre essas condições;

12.19.10 Doenças do Aparelho Auditivo: Audiometria: audibilidade inferior a 35 dB (decibéis) em um ou ambos os ouvidos, separadamente, nas frequências que variam de 250 a 6000Hz; e

12.19.11 Doenças do Aparelho Circulatório:

12.19.11.1 Hipercolesterolemia Familiar: condição genética caracterizada por níveis muito elevados de LDL-C. Indivíduos adultos com valores de Colesterol Total (CT) \geq 310mg/dL;

12.19.11.2 Níveis classificados como alto ou muito alto de CT, LDL-C, TG e Colesterol não-HDL: CT maior ou igual a 240mg/dL e/ou LDL-C maior ou igual a 160mg/dL e/ou TG maior ou igual a 200mg/dL e/ou Colesterol não-HDL maior ou igual a 160mg/dL; e

12.19.11.3 Estratificação de risco cardiovascular intermediário a alto ou muito alto, conforme Escore de Risco Global (ERG) de Framingham, descritos abaixo:

– **Risco Muito Alto:** indivíduos que apresentam doença aterosclerótica significativa ($>50\%$ de obstrução), com ou sem sintomas clínicos, em território: coronário, cerebrovascular ou vascular periférico;

– **Risco Alto:** ERG $>20\%$ em homens ou $> 10\%$ em mulheres ou Aterosclerose subclínica documentada através de exames ou Aneurisma de Aorta abdominal ou Doença Renal Crônica. Ou LDL-c \geq 190 mg/dL ou Diabetes tipo I ou 2, com LDL-c entre 70 e 189 mg/dL e presença de Estratificadores de Risco (ER*) ou Doença Aterosclerótica Subclínica (DASC**); e

12.19.11.4 Idade \geq 48 anos no homem e \geq 54 anos na mulher; tempo de diagnóstico do diabetes $>$ 10 anos; histórico familiar de parente de primeiro grau com DCV prematura ($<$ 55 anos para homem e $<$ 65 anos para mulher); tabagismo (pelo menos um cigarro no último mês); hipertensão arterial sistêmica; síndrome metabólica (SM); presença de albuminúria $>$ 30 mg/g de creatinina e/ou retinopatia; taxa de filtração glomerular $<$ 60 mL/min.

12.19.11.5 Ultrassonografia de carótidas com presença de placa $>$ 1,5 mm; ITB $<$ 0,9; escore de cálcio coronário $>$ 10 unidades Agatston; presença de placas ateroscleróticas na angiotomografia de coronárias; LDL-c entre 70 e 189 mg/dL, com escore de risco global do sexo masculino $>$ 20% e $>$ 10% para o sexo feminino.

– **Risco Intermediário:** ERG entre 5 e 20% no sexo masculino e entre 5 e 10% no sexo feminino. Portadores de Diabetes Mellitus (DM) sem critérios de DASC ou a presença dos ER.

12.19.11.6 Embolias; Tromboses; Síndrome Pós-Covid;

12.20 Doenças do Aparelho Digestivo: Colelitíase; Doenças de Crohn; Retocolite Ulcerativa; Diverticulite; Hepatopatias Ativas ou Crônicas; Hepatopatias que cursem com Provas de Função Hepática alteradas;

12.21 Doenças do Aparelho Gênit-Urinário: Síndrome Nefrítica Aguda;

12.22 Doenças da Pele: Varizes Extensas; Hanseníase; Doenças desencadeadas ou agravadas pela exposição à luz solar;

12.23 Doenças do Sistema Osteomuscular e Tecido Conjuntivo:

12.23.1 Lesões Osteoarticulares como Condromalácia ou Condropatia que sejam Moderadas ou Graves (de Graus III ou IV) em um ou ambos os joelhos;

12.23.2 Rotura atual ou prévia Completa ou Incompleta de qualquer dos Ligamentos do Joelho ou Estiramento dos mesmos;

12.23.3 Presença de Cisto Poplíteo ou cisto de Backer volumoso, roto, comunicante, ou associado a limitação funcional;

12.23.4 Gonartrose;

12.23.5 Rotura Atual ou Prévia, Completa ou Incompleta de qualquer dos Meniscos;

12.23.6 Meniscose;

12.23.7 Encondroma e Osteocondroma;

12.23.8 Fibromialgia;

12.23.9 Malformação articular, transtornos funcionais da patela e/ ou estruturas adjacentes;

12.23.10 Discopatia, Protusão Discal; Hipoplasia de Disco; Hérnia de Disco; Degeneração de Estrutura Vertebral qualquer que seja;

12.23.11 Presença de sinais de Artrose; Uncoartrose; Osteofitose; Sinais de Redução do Espaço Discal; Anterolistese; Retrolistese; Deslizamento lateral de vértebra; Espondilólise; Espondilolistese; Anquilose; Malformações ósseas e osteoarticulares.

12.23.12 Fraturas.

12.24 E quaisquer patologias que sejam consideradas pela perícia médica militar, temporariamente (pós-operatórios, fraturas, doenças agudas, puerpério, entre outras), ou definitivamente, incompatíveis com o Serviço Militar e/ou com o desempenho das funções militares.

12.25 Caso considere necessário, por ocasião da IS, o(a) candidato(a) poderá, espontaneamente, apresentar radiografias, exames, laudos diversos dos listados no item 12.6 e seus subitens, não obtendo nenhum tipo de vantagem em decorrência da referida apresentação e permanecendo obrigado(a) a apresentar todos os exames listados neste Aviso de Convocação.

12.26 O(A) candidato(a) que não apresentar todos os exames médicos complementares exigidos, até a data fixada pela CSE para a Inspeção de Saúde, será considerado eliminado do processo seletivo. Considera-se “data fixada pela CSE” o dia e a hora que será disponibilizado através do site da Região Militar, em Comunicado e Convocações (chamada para a inspeção de saúde).

12.27 Na ausência das cópias dos exames e cópias dos laudos exigidos para a inspeção de saúde, os originais poderão ficar retidos;

12.28 A existência de tatuagem no corpo do(a) candidato(a) que faça alusão a ideologia terrorista ou extremista, contrária às instituições democráticas; à violência; à criminalidade; a ideia ou a ato libidinoso; à discriminação ou a preconceito de raça, credo, sexo ou origem ou, ainda, a ideia ou a ato ofensivo às Forças Armadas, configura-se motivo para eliminação do(a) candidato(a) ao Serviço Militar Temporário.

12.29 Mulheres gestantes não podem ser incorporadas ao EBCT, devido às atividades militares a serem desenvolvidas, observando-se o descrito a seguir:

12.29.1 Caso seja chamada para a IS alguma candidata gestante, ou puérpera até 6 meses, esta não poderá realizar o exame de aptidão física(EAF), sendo resguardado seu direito de adiamento do exame ate a ultima convocação do processo seletivo subsequente.

12.29.2 No caso de novas convocações, dentro do prazo de validade do mesmo certame, cessada a condição de gestante ou ultrapassado os primeiros 6 (seis) meses de vida de seu filho, a candidata preterida tem precedência sobre as vagas remanescentes, devendo realizar a IS e o EAF observados todos os requisitos para a incorporação.

12.29.3 A candidata preterida no processo seletivo ao qual se inscreveu, pode retornar ao processo seletivo imediatamente subsequente, desde que cessada a condição impeditiva à sua incorporação, para isso:

12.29.4 Deve-se inscrever no processo seletivo imediatamente posterior, para a mesma área e mesma guarnição postulado anteriormente, o que caracteriza sua intenção de retornar ao processo de seleção, não lhe sendo exigido o pagamento de nova taxa de inscrição, caso cobrada, e nem submissão à nova avaliação curricular/teste de conhecimentos; e

12.29.5 A candidata concorrerá em igual condição ao demais candidatos do processo seletivo subsequente, sendo obrigatória a realização de IS e EAF, observados todos os requisitos para incorporação.

12.30 O(A) candidato(a) será considerado(a) desistente e eliminado(a) da seleção se, mesmo por motivo de força maior:

12.30.1 faltar à Inspeção de Saúde (IS) ou à Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR);

12.30.2 deixar de apresentar parte e/ou os laudos e exames médicos complementares exigidos, até a data fixada pela CSE, para a Inspeção de Saúde (IS) ou para a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR); ou

12.30.3 não concluir a Inspeção de Saúde (IS) ou a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR).

12.31 A Inspeção de Saúde possui caráter eliminatório.

12.32 O(a) candidato(a), antes da sua incorporação, no período destinado às medidas administrativas será submetido a uma entrevista e uma visita médica na organização militar da primeira fase, do respectivo estágio. No caso de detecção de alguma alteração clínica que comprometa a incorporação, o(a) candidato(a) poderá ser encaminhado(a) para Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, por solicitação da Administração Militar, visando à ratificação ou retificação do parecer anteriormente emitido e demais providências decorrentes.

12.33 A perícia não poderá ser filmada ou gravada pelo periciando sem prévia anuência das partes, conforme Processo-consulta CFM nº15/2021- Parecer CFM Nº11/2021 de 05 de outubro de 2021, devendo, pois, contar com a concordância do médico, conforme Despacho SEJUR/CFM Nº 386/2016, de 11 de junho de 2016.

12.33.1 O(a) candidato(a) que filmar ou gravar a perícia médica sem anuência do médico, será eliminado(a) do processo seletivo.

13. ETAPA IV

13.1 Exame de Aptidão Física (EAF)

13.2 Conforme a necessidade da 11ª Região Militar, serão chamados para a Etapa IV e prosseguirão no processo seletivo os(as) candidatos(as) de maior pontuação na Validação da Avaliação Curricular (Etapa II) que foram considerados(as) Aptos(as) na Inspeção de Saúde (Etapa III).

13.3 O(A) candidato(a) deverá comparecer em data, local e horário a serem divulgados no sítio da 11ª Região Militar, trajando calça, camisa com manga e calçados fechados e, ainda, portando roupa apropriada para a prática de educação física. **ATENÇÃO:** antes da execução das atividades, o(a) candidato(a) será conduzido ao vestiário para que possa se trocar.

13.4 O Exame de Aptidão Física possui caráter eliminatório, constituindo-se em mera avaliação das condições mínimas de higiene física dos(as) candidatos(as).

13.4.1 Caso o(a) candidato(a) logre êxito em todas as etapas do processo seletivo e seja, posteriormente, convocado(a) para incorporação, realizará semanalmente o Treinamento Físico Militar (TFM), sendo-lhe exigido padrão de aptidão física superior, de acordo com a legislação em vigor do Comando do Exército, que regula os Testes de Avaliação Física (TAF), realizados três vezes ao ano, com índices que podem variar de acordo com a idade do militar, **por exemplo:**

Segmento	Corrida	Abdominal	Flexão de Braços	Flexão na barra
Masculino	2300 a 3200	35 a 74	18 a 39	1 - 3 a 12

Feminino	1750 a 2600	27 a 67	13 a 35	-
----------	-------------	---------	---------	---

13.4.2 Ressalta-se que a suficiência nos Testes de Avaliação Física (TAF), realizados ao longo do ano, constitui condição *sine qua non* para a avaliação dos militares, bem como para o deferimento da(s) prorrogação(ões) sucessiva(s).

13.5 Não haverá 2ª Chamada para o Exame de Aptidão Física (EAF).

13.6 O EAF será gravado e o respectivo registro será conservado até 01 (um) ano após o final do certame.

13.7 Durante a realização do Exame de Aptidão Física, será permitido executar 02 (duas) tentativas em cada uma das tarefas, com intervalos de uma hora para descanso, excetuando-se a tarefa de corrida de 12 (doze) minutos, que deverá ser realizada com intervalo mínimo de 01 (um) dia.

13.8 O(A) candidato(a) reprovado(a), mesmo após as duas tentativas, em qualquer uma das tarefas, tem direito a uma última tentativa, em data determinada pela comissão de aplicação do exame de aptidão física.

13.8.1 Para a realização da tentativa prevista no item 13.8 o(a) candidato(a) deve solicitá-la, por escrito, ao chefe da Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física.

13.8.2 A solicitação prevista no subitem 13.8.1 deverá ser entregue no mesmo turno, local e dia, em que o(a) candidato(a) tenha sido considerado(a) inapto(a) na segunda tentativa.

13.8.3 A terceira e última tentativa referente ao item 13.8 deverá ser marcada pela Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física a partir do dia seguinte ao da solicitação.

13.9 No sítio da 11ª Região Militar, encontram-se vídeos apresentando a correta execução de cada exercício físico, exigido no processo de seleção.

13.10 A aptidão física será expressa pelo conceito Apto(a) ou Inapto(a), conforme as condições de execução e os índices mínimos discriminados.

13.11 As tarefas estabelecidas para o EAF são realizadas pelo(a) candidato(a) com traje esportivo, em movimentos sequenciais padronizados, de forma contínua e execução segundo a legislação em vigor no Comando do Exército.

13.12 Flexão de braços sobre o solo, sem limite de tempo

13.12.1 Para candidatos do sexo masculino:

13.12.1.1 Posição inicial: o candidato(a) deverá tomar a posição com apoio de frente sobre o solo, braços e pernas estendidos.

13.12.1.2 Execução: o candidato(a) deverá realizar sucessivas flexões de braço, sem qualquer interrupção, no seu ritmo próprio, retornando à posição inicial, sem que o tronco e os joelhos toquem no solo, devendo a linha dos cotovelos ultrapassar o plano superior das costas.

13.12.2 Para candidatas do sexo feminino:

13.12.2.1 Posição inicial: a candidata deverá tomar a posição com apoio de frente sobre o solo, utilizando-se das mãos e dos joelhos, mantendo os cotovelos estendidos e joelhos unidos.

13.12.2.2 Execução: a candidata deverá flexionar e estender os cotovelos, realizando sucessivas flexões de braço, sem qualquer interrupção, no seu ritmo próprio, retornando à posição inicial, mantendo o apoio dos joelhos no solo, devendo a linha dos cotovelos ultrapassar o plano superior das costas.

13.13 Abdominal supra, sem limite de tempo: (para ambos os sexos)

13.13.1 Posição inicial: o(a) candidato(a) deverá tomar a posição deitado em decúbito dorsal, joelhos flexionados, pés apoiados no solo, calcanhares próximos aos glúteos, braços cruzados sobre o peito, de forma que as mãos encostem no ombro oposto (mão esquerda no ombro direito e vice-versa). O avaliador deverá colocar-se ao lado do avaliado(a), posicionando os dedos de sua mão espalmada, perpendicularmente, sob o tronco do avaliado a uma distância de quatro dedos de sua axila, tangenciando o limite inferior da escápula (omoplata). Esta posição deverá ser mantida durante toda a realização do exercício.

13.13.2 Execução: o(a) candidato(a) deverá realizar a flexão abdominal até que as escápulas percam o contato com a mão do avaliador e retornar à posição inicial, quando será completada uma repetição. Cada candidato(a) deverá executar o número máximo de flexões abdominais sucessivas, no seu ritmo próprio, sem interrupção do movimento e sem limite de tempo, não podendo retirar os quadris do solo e nem obter impulso com os braços ao afastá-los do tronco.

13.14 Corrida livre, no tempo de 12 (doze) minutos

13.14.1 Local: em pista ou circuito de piso regular e predominantemente plano; e

13.14.2 Execução: partindo da posição inicial de pé, o(a) candidato(a) deverá correr ou andar no tempo de 12 (doze) minutos, podendo haver ou não interrupções ou modificações do ritmo de corrida, sendo proibido por quem quer que seja e em qualquer momento da prova acompanhar o executante para ajudá-lo. Admitem-se eventuais paradas ou a execução de trechos em marcha.

13.15 As tarefas serão realizadas em 02 (dois) dias consecutivos e na ordem abaixo especificada, estabelecendo-se os seguintes índices mínimos:

Segmento	1º Dia	2º Dia
----------	--------	--------

	Flexão de Braços	Abdominal Supra	Corrida (12 Minutos)
Masculino	10 (dez)	20 (vinte)	1.800 (mil e oitocentos) metros
Feminino	6 (seis)	14 (quatorze)	1.600 (mil e seiscentos) metros

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 Após cada etapa do processo seletivo serão divulgados no sítio www.11rm.eb.mil.br, o resultado, a pontuação e a classificação dos(as) candidatos(as). Os(AS) candidatos(as) poderão interpor recursos administrativos num prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte à divulgação do resultado.

14.2 Os recursos administrativos interpostos deverão ser preenchidos de acordo com o Anexo J.

14.3 Os recursos deverão conter:

14.3.1 nome completo e o “código do candidato(a)” (constante da ficha de inscrição);

14.3.2 endereço;

14.3.3 número do CPF;

14.3.4 objeto do recurso; e

14.3.5 exposição fundamentada a respeito dos problemas verificados;

14.4 Os recursos administrativos interpostos deverão ser endereçados ao Comandante da 11ª Região Militar.

14.5 A entrega do Recurso Administrativo deverá ser protocolizada pessoalmente ou por meio de procurador(a) legalmente constituído para este fim, na guarnição onde o(a) candidato(a) concorre, nos endereços abaixo relacionados:

Guarnição	Organização Militar (OM)	Endereço	Local e Horário
Brasília – DF	Comando da 11ª Região Militar	Avenida do Exército, S/N, QG do Comando Militar do Planalto/11ªRM, Setor Militar Urbano	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30min e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)

		(SMU) – Brasília DF	
Cristalina – GO	Comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada	Rua Visconde Mauá, Centro, Cristalina - GO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Formosa – GO	Centro de Logística de Mísseis e Foguetes	BR 020, KM 7, Zona Rural, Formosa – GO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Goiânia – GO	Base Administrativa do Comando de Operação Especiais	Avenida Salvador, S/N, Jardim Guanabara I Goiânia - GO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Jataí – GO	41º Batalhão de Infantaria Motorizada	Vila Olavo, S/N	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Araguari – MG	2º Batalhão Ferroviário	Rua Professora Lourdes Naves, nº 750, Bairro Santo Antônio – Araguari MG	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Palmas – TO	22º Batalhão de Infantaria	Fazenda Brejo Comprido, Areia 1- Zona Rural Palmas – TO	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30min e das 13h às 16h45min e nas 6ª feira, das 08h às

14.6 No caso de recursos quanto ao resultado da Inspeção de Saúde:

14.6.1 O(A) candidato(a) julgado(a) incapaz na Inspeção de Saúde (IS) poderá, a seu critério, requerer Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), em um prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte à divulgação do resultado da inspeção no sítio www.11rm.eb.mil.br.

Destaque-se que essa solicitação será analisada pela área médica, podendo ser deferida ou não.

14.6.2 O(A) candidato(a) deverá, obrigatoriamente, fundamentar o seu pedido por exposição de motivos e pela apresentação de documentação (laudos, exames, pareceres) que justifique sua discordância quanto ao resultado da Inspeção de Saúde.

14.6.3 O(A) candidato(a) deverá apresentar-se na Junta de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (JISR), que funcionará na cidade de Brasília(DF), em data a ser marcada oportunamente, a fim de ser realizada nova inspeção de saúde.

14.6.4 Toda a documentação (laudos, exames, pareceres etc.) apresentada à JISR, no momento da Inspeção de Saúde, em Grau de Recurso, deverá ser original e em cópia.

14.6.5 O(A) candidato(a) também deverá portar todos os exames/laudos apresentados por ocasião da IS.

14.7 Não serão considerados os recursos formulados fora do prazo ou que não contenham os elementos indicados no presente item deste Aviso.

14.8 Não serão aceitos recursos por via postal, fax ou pela internet.

14.9 O horário de funcionamento dos protocolos é o mesmo constante no item 14.5.

14.10 O(A) candidato(a) no período destinado à interposição de recursos, previsto no item 14 e seus subitens, terá acesso à sua Ficha de Avaliação Curricular, para verificar/questionar a Validação da Avaliação Curricular, a Inspeção de Saúde e o Exame de Aptidão Física e, se for o caso, contrapor-se a estes.

14.11 A consulta descrita no item acima poderá ser realizada através do sítio www.11rm.eb.mil.br.

14.12 É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) realizar o acompanhamento das informações inseridas na Ficha de Avaliação.

14.13 O resultado dos eventuais Recursos Administrativos será publicado no site www.11rm.eb.mil.br, de acordo com o previsto no Anexo A.

15. DAS CAUSAS DE ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO(A)

15.1 O(A) candidato(a) será eliminado(a) da seleção se não atender às prescrições deste Aviso de Convocação, listadas nos subitens abaixo, mesmo por motivo de força maior.

15.1.1 Não pagar a taxa de inscrição no prazo previsto, se dela não estiver isento.

15.1.2 Atrasar-se ou faltar a qualquer das atividades/chamamentos previstos no processo seletivo e disponibilizadas no sítio da 11ª Região Militar: www.11rm.eb.mil.br.

15.2 Cabe ao(à) candidato(a) a responsabilidade de acompanhar os avisos, os esclarecimentos, os chamamentos e as publicações disponibilizados no sítio da 11ª Região Militar até o encerramento do referido processo seletivo.

15.3 Não apresentar os documentos especificados nos itens 10.10.1, 10.10.2 (se for o caso), 10.10.4, 10.10.5, 10.10.6, 10.10.7, 10.10.8, 10.10.9, 10.10.10, 10.10.11, 10.10.12, 10.10.13, 10.10.14, 10.10.16, 10.10.17, 10.10.18, 10.10.20, 10.10.21 (se for o caso), 10.10.22.1 (se for o caso), 10.10.22.1 (se for o caso), 10.10.23, 10.10.24 (se for o caso), 10.10.25 (se for o caso), 10.10.25.1 (se for o caso), 10.10.25.2 (se for o caso), 10.10.25.3 (se for o caso), 10.10.26, 10.10.26.1 (se for o caso), 10.10.26.2 (se for o caso), 10.10.27, 10.10.28 (se for o caso) e 10.10.28.6 (se for o caso).

15.4 Se o(a) candidato(a) deixar de apresentar algum dos documentos relacionados no subitem 15.3 estará eliminado do processo seletivo.

15.5 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados no item/subitem anterior em forma de recurso, continuará eliminado, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

15.6 Faltar a qualquer uma das fases deste processo seletivo.

15.7 Não apresentar os laudos dos exames, no todo ou em parte, por ocasião da Inspeção de Saúde e/ou da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso.

15.8 Não concluir a Inspeção de Saúde ou a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso.

15.9 Agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação dos exames e testes.

15.10 Utilizar ou tentar utilizar meios não permitidos, fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em quaisquer etapas do processo seletivo.

15.11 Praticar ou tentar praticar ato que provoque distúrbio ou prejuízo ao bom andamento do presente processo seletivo.

15.12 For responsável por falsa identificação pessoal.

15.13 Não comprovar o registro/regularidade no respectivo conselho ou ordem de profissionais, quando candidato(a) a cargo que exige qualificação profissional regulamentada por lei e quando exigido neste Aviso de Convocação.

15.14 Faltar ao EAF, não vier a completá-lo, ou chegar após o início da primeira tarefa do dia, mesmo que por motivo de força maior.

15.15 Ter sido licenciado(a), conforme prescrevem os incisos I, II, III, e IV do artigo 180 da Portaria nº 407 – DGP, de 25 de julho de 2022 – Normas Técnicas para Inscrição, Seleção, Convocação, Distribuição e Prestação do Serviço Militar Temporário (EB30-N-30.009).

15.16 Com o propósito de verificar se o(a) candidato(a) preenche os requisitos de idoneidade moral e de bons antecedentes de conduta para o ingresso no Exército Brasileiro, poderá ser feita verificação biográfica, por meio de consultas às Secretarias de Segurança Pública Estaduais, às Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal, entre outros órgãos.

15.16.1 A verificação biográfica poderá ser realizada ao final de cada Etapa do Processo Seletivo.

15.16.2 Se, durante a verificação biográfica, for constatado que o(a) candidato(a) não preenche os requisitos de idoneidade moral e bons antecedentes de conduta, este(a) será eliminado(a) do processo seletivo.

15.17 Durante todo o processo seletivo, o(a) candidato(a) poderá ser eliminado(a) se não atender aos requisitos de idoneidade moral e boa conduta.

15.18 O(A) candidato(a) que apresentar documento falso, inidôneo ou firmar declaração falsa no âmbito desse processo seletivo terá sua inscrição e todos os atos dela decorrentes anulados e estará sujeito às sanções previstas em lei.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 O(A) candidato(a) deverá assinar a lista de presença, na qual deverá constar data, hora e identificação do(a) militar responsável pelo atendimento, em todas as etapas do processo seletivo, de acordo com a assinatura constante do seu documento de identificação oficial com foto, sendo vedada a rubrica.

16.2 A divulgação oficial a respeito de datas, locais e horários de realização das etapas, deste processo seletivo, dar-se-á exclusivamente no sítio www.11rm.eb.mil.br.

16.3 Para outras informações relevantes que porventura não constem neste Aviso, o(a) candidato(a) deverá enviar solicitação para o e-mail faleconoscoescpes@11rm.eb.mil.br informando, obrigatoriamente, os seguintes dados, sob pena de não ter a solicitação atendida:

16.3.1 nome completo;

16.3.2 número do CPF;

16.3.3 número de inscrição do(a) candidato(a) no processo seletivo (obrigatório apenas para aqueles(as) que já tenham realizado inscrição);

16.3.4 área de interesse/habilitação para a qual está inscrito(a) ou pretende se inscrever (conforme consta no Anexo L deste Aviso e na própria Ficha de Inscrição Eletrônica); e

16.3.5 O item ou subitem do Aviso de Convocação, objeto da solicitação de informação.

16.4 Não serão atendidas solicitações por intermédio de ligações telefônicas ou por outro e-mail diferente do disponibilizado no item 16.3 e sem as informações dos dados previstos nos seus subitens.

16.5 O Serviço Técnico Temporário prestado sob a forma do Estágio Básico de Cabo Temporário (EBCT), e as prorrogações de tempo de serviço subsequentes não poderão ser cumulativos com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que da administração pública indireta, exceto nos casos previstos **na Constituição Federal de 1988**.

16.6 O(A) candidato(a), antes da sua incorporação, no período destinado às medidas administrativas será submetido a uma avaliação médica pelo médico da Organização Militar da primeira fase do respectivo estágio. No caso de detecção de alguma alteração clínica, que comprometa a incorporação, o(a) candidato(a) poderá ser encaminhado(a) para reavaliação da Inspeção de Saúde, visando à ratificação ou retificação do parecer anteriormente emitido e demais providências decorrentes.

16.7 O Estágio Básico de Cabo Temporário (EBCT) inicia-se na data de incorporação constante do Anexo A e será realizado nas seguintes condições:

16.7.1 **1ª fase:** destinada à absorção de conhecimentos militares relativos à Instrução Individual Básica, com duração média de 45 (quarenta e cinco) dias, em Organização Militar do Exército Brasileiro, a ser designada em data oportuna; e

16.7.2 **2ª fase:** destinada à aplicação de conhecimentos técnico-profissionais a ser realizada nas organizações militares para as quais os estagiários tenham sido convocados(as).

16.8 Em razão da natureza militar da atividade a ser desempenhada pelos(as) convocados(as) e da consequente necessidade de capacidade física compatível, não serão reservadas vagas aos portadores de necessidades especiais, conforme o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

16.9 Os(AS) candidatos(as) servidores ou empregados públicos de qualquer dos entes da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional deverão se desligar dos respectivos órgãos antes da data da incorporação, prevista no Anexo A.

16.10 Os(AS) Cabos Especialistas Temporários são militares cuja permanência é transitória e, portanto, não podem adquirir estabilidade.

16.11 Os(AS) Cabos Especialistas Temporários estão sujeitos, no que for aplicável, a todas as leis e regulamentos militares.

16.12 Salvo em caso de desistência, os(as) candidatos(as) que não forem convocados(as) para os Estágios de Serviço Técnico poderão retirar a documentação apresentada, por ocasião da avaliação curricular, no período previsto no Anexo A. Após essa data, os currículos que não foram retirados serão destruídos.

16.13 O(AS) candidato(a) que retirar a documentação citada acima, antes da data prevista no Anexo A, será excluído(a) da Seleção e, no caso de novas convocações, em caráter extraordinário, por decisão do Comando da 11ª Região Militar, não poderá retornar ao processo seletivo.

16.14 A seleção para os Estágios de Serviço Técnico poderá ser revogada a qualquer momento, por conveniência administrativa.

16.15 Quaisquer irregularidades nos documentos apresentados eliminarão o(a) candidato(a) do processo seletivo. Se identificadas posteriormente à incorporação, acarretarão a anulação desta. Assim sendo, verificada a irregularidade, os efeitos da inabilitação retroagirão à inscrição do(a) candidato(a) e, este não fará jus a nenhum tipo de reparação. Os responsáveis pela irregularidade estarão sujeitos ainda às sanções administrativas, cíveis e penais.

16.16 Poderão ocorrer auditorias para corrigir erros ou sanar irregularidades observadas, de maneira extemporânea.

16.17 Poderão ser solicitados documentos extras, reapresentação de originais ou remessa de documentos digitais para dirimir dúvidas sobre o currículo apresentado pelo candidato.

16.18 O prazo de validade deste processo seletivo será até a data imediatamente anterior ao início das inscrições do próximo certame.

16.19 O(A) candidato(a) assume total responsabilidade da leitura integral e do conhecimento pleno deste Aviso de Convocação, bem como do acompanhamento das publicações dos resultados e dos comunicados divulgados no sítio: www.11rm.eb.mil.br.

16.20 Para fins de concessão do Adicional de Habilitação, faz-se necessário, obedecer às regras previstas nas Portarias nº 086/GM-MD, de 22 de setembro de 2020, e na Portaria – Cmt Ex nº 1.443, de 7 de janeiro de 2021.

16.20.1 Os cursos do sistema de ensino civil não darão direito ao adicional de habilitação, nos moldes da Portaria – C Ex nº 1.443, de 7 de janeiro de 2021.

16.20.2 Os(AS) militares temporários realizarão apenas o curso de formação e estágios equivalentes.

16.21 Em caso de necessidade do Serviço, para preencher cargos previstos deficitários, o Cadastro Reserva da 11ª Região Militar poderá ser disponibilizado a outras regiões militares.

16.21.1 Em caso de contratação por meio de Cadastro Reserva, conforme previsto no item anterior, o deslocamento do(a) candidato(a) às outras Regiões Militares ocorrerá às suas expensas.

16.21.2 O chamamento para servir em região militar diversa da 11ª Região Militar obedecerá ao critério de classificação de pontuação geral da área, independente da guarnição.

16.21.3 Caso o(a) candidato(a) de maior pontuação na área não seja voluntário(a), será chamado(a) o subsequente, obedecendo a ordem classificatória de pontuação.

16.21.4 O chamamento previsto no subitem 16.20.2 ocorrerá por meio de publicação no sítio eletrônico da 11ª Região Militar: www.11rm.eb.mil.br.

16.22 Em caso de não preenchimento das vagas previstas neste Aviso de Convocação na Incorporação que ocorrerá em 1º de fevereiro de 2024, será publicado, no sítio da 11ª Região Militar: www.11rm.eb.mil.br, novo cronograma de atividades, com vistas ao preenchimento total das vagas.

16.22.1 Os(As) candidatos(as) não incorporados(as) em 1º fevereiro de 2024 serão convocados(as) à incorporação até 1º de julho de 2024.

16.22.2 A convocação à incorporação, por meio de Cadastro Reserva, no ano de 2024, estará sujeita às seguintes condições: abertura de vagas, limite orçamentário do Exército Brasileiro e interesse da Administração Pública.

16.23 É vedado aos(às) candidatos(as) vestir ou usar qualquer elemento de propaganda eleitoral nas dependências militares, bem como realizar qualquer tipo de manifestação política, utilizar bandeiras, adesivos, inclusive nos veículos, distribuir material de propaganda eleitoral nas datas previstas para a entrega dos currículos e na realização da Inspeção de Saúde, Inspeção de Saúde em Grau de Recurso e Exame de Aptidão Física.

16.24 O Cronograma de Atividades com vistas à nova incorporação, no ano de 2024 deverá ser publicado no sítio da 11ª Região Militar: www.11rm.eb.mil.br até o dia 7 de fevereiro de 2024.

16.25 O(A) candidato(a) que apresentar documento falso, inidôneo ou firmar declaração falsa no âmbito deste processo seletivo, terá sua inscrição e todos os atos dela decorrentes anulados e estará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos termos do artigo 3º, parágrafo 2º da Lei nº 13.726, de 2018.

16.26 Os casos omissos serão analisados pelo Comandante da 11ª Região Militar e resolvidos com base nas legislações vigentes.

16.27 As mulheres somente poderão se candidatar para as vagas da Guarnição de Brasília nas áreas de Auxiliar Administrativo, Auxiliar Enfermagem, Auxiliar Mecânico Automotiva, Marcenaria, Refrigeração, Desenhista Predial, Auxiliar Informática, Motorista Cat “E” (Transporte Coletivo Passageiros), Garçom, Manutenção em Circuito Fechado de TV e para a Guarnição de Goiânia para as áreas de Eletricista Predial, Serralheiro, Bombeiro Hidráulico, Marcenaria, Cozinheiro, Pedreiro, Refrigeração, Motorista - Cat D.

DOCUMENTO ORIGINAL ASSINADO E ARQUIVADO NA SSMR/11

Gen Bda RICARDO DE CASTRO TROVIZO

Comandante da 11ª Região Militar

RELAÇÃO DE ANEXOS:

ANEXO A – CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO COM COMPROMISSO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO POR UM PERÍODO MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES

ANEXO C – DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO JUNTO ÀS FORÇAS ARMADAS ANTERIOR À INCORPORAÇÃO

ANEXO D – DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

ANEXO E – DECLARAÇÃO DE RESIDENTE EM MUNICÍPIO DIVERSO DA SEDE DA OM DE INCORPORAÇÃO

ANEXO F – DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

ANEXO G – DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

ANEXO H – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO IMPEDIMENTO PARA COMERCIALIZAR OU TOMAR PARTE NA ADMINISTRAÇÃO OU GERÊNCIA DE SOCIEDADE PRIVADA, DE SER SÓCIO OU PARTICIPAR

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ

ANEXO J – REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

ANEXO K – FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

ANEXO L – PONTUAÇÃO GERAL DAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE

ANEXO M – ÁREAS E HABILITAÇÕES TÉCNICAS DE INTERESSE PARA SELEÇÃO, POR GUARNIÇÃO

ANEXO N – DEFINIÇÃO DAS CERTIFICAÇÕES DE INFORMÁTICA ACEITAS PARA A ÁREA DE AUXILIAR DE INFORMÁTICA

ANEXO O – LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

ANEXO A
CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES

ETAPA I			
DATA		EVENTO	OBSERVAÇÃO
1.	10 de julho de 2023	Divulgação do Processo Seletivo	Veiculação na internet www.11rm.eb.mil.br e na Rádio Verde-Oliva
2.	13 à 25 de julho de 2023	Período de Inscrição	Por meio do sítio da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
3.	13,14 e 17 de julho de 2023	Período para entrada com pedido de isenção da taxa de inscrição	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para qual o candidato(a) está concorrendo, nas organizações militares (OM), endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
4.	18 de julho de 2023	Resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	Por meio do sítio da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
5.	19,20 e 21 de julho de 2023	Período para interposição de recurso para o(a) candidato(a) que teve o seu requerimento de isenção da taxa de inscrição indeferido	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para qual o candidato(a) está concorrendo, nas organizações militares (OM), endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
6.	24 de julho de 2023	Divulgação do resultado dos recursos referentes aos pedidos de isenção da taxa de inscrição	Por meio do sítio da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br

		indeferidos	
7.	27 de julho de 2023	Limite para pagamento da Taxa de Inscrição, inclusive para os(as) candidatos(as) que tiveram o pedido de isenção de taxa de inscrição indeferido	Nas agências do Banco do Brasil, via GRU gerada pelo sistema
8.	3 de agosto de 2023	Divulgação das inscrições homologadas	Por meio do sítio da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
9.	4,7 e 8 de agosto de 2023	Período para interposição de recurso referente a inscrição não homologada	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para qual o candidato(a) está concorrendo, nas organizações militares (OM), endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
10.	9 de agosto de 2023	Divulgação do resultado da análise dos recursos referentes às inscrições não homologadas	Por meio do sítio da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
ETAPA II			
11.	10 de agosto de 2023	Chamada para Validação da Avaliação Curricular	Por meio do sítio da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
12.	15 de agosto à 14 de setembro de 2023	Período de apresentação da documentação para validação curricular pelos(as) candidatos(as) chamados(as) para a Etapa II. Obs.: outros(as) candidatos(as) poderão ser eventualmente chamados(as), caso não haja número suficiente de candidatos(as) com	O(A) candidato(a) deverá entregar pessoalmente, ou por intermédio de procurador legal, munido de Instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste certame, os documentos já relacionados no presente aviso

		currículos validados dentre os chamados nesta Etapa	de convocação em data, hora e local constantes da chamada para entrega de currículos a ser divulgada no sítio www.11rm.eb.mil.br
13.	22 de setembro de 2023	Divulgação do resultado da Validação da Avaliação Curricular	Por meio do sítio da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
14.	25,26 e 27 de setembro de 2023	Entrada com pedido de Recurso da Validação da Avaliação Curricular	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para qual o(a) candidato(a) está concorrendo, nas organizações militares (OM), endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
15.	5 de outubro de 2023	Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso da Validação Curricular	Por meio do sítio da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
ETAPA III			
16	5 de outubro de 2023	Chamada para a Inspeção de Saúde (IS)	Por meio do sítio da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
17.	5 de outubro de 2023	Chamada dos(as) candidatos(as) militares que pertençam ao Serviço Ativo do Exército para a entrega da Ata de Inspeção de Saúde para Permanência no Serviço Ativo(válida), conforme previsto no Art. 126 da Portaria nº 407 – DGP, de 25 de julho de 2022	Por meio do sítio da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br

18.	6 de outubro de 2023	Data de entrega da Ata de Inspeção de Saúde para Permanência no Serviço Ativo (válida), para os(as) candidatos(as) que já pertençam ao serviço ativo do Exército com parecer apto, bem como cópia do Boletim Interno da organização militar que publicou a referida ata, conforme previsto no Art. 126 da Portaria nº 407 – DGP, de 25 de julho de 2022	O(A) candidato(a) deverá comparecer pessoalmente, em data, hora e local constantes da chamada para entrega da ata divulgada no sítio www.11rm.eb.mil.br , portando a ata válida e cópia do Boletim da organização militar que publicou a referida ata; e Comparecer ao local da IS, trajando roupa de banho por baixo (sungá ou biquíni), a fim de permitir a adequada inspeção de saúde.
19.	10 de outubro de 2023	Divulgação do resultado da análise das atas de Inspeção de Saúde dos(as) candidatos(as) que já pertençam ao serviço ativo do Exército; e -Convocação para IS dos(as) candidatos(as) militares que tiveram a Ata de Inspeção de Saúde para Permanência no Serviço Ativo desconsiderada pela Junta de Inspeção de Saúde.	Por meio do sítio da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
20.	19 de outubro à 7 de novembro de 2023	Período de apresentação dos(as) candidatos(as) selecionados(as) para Inspeção de Saúde (IS)	O(A) candidato(a) deverá comparecer pessoalmente, em data, hora e local constantes da chamada para IS divulgada no sítio www.11rm.eb.mil.br ,

			portando os exames e laudos relacionados previstos no Aviso de Convocação, todos datados de no máximo 01 (um) mês de antecedência do dia previsto para a IS; e Comparecer ao local da IS, trajando roupa de banho por baixo (sunga ou biquíni), a fim de permitir a adequada inspeção de saúde.
21.	7 de novembro de 2023	Divulgação do resultado da IS	Por meio do sítio da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
22.	8,9 e 10 de novembro de 2023	Prazo para entrada de Recursos e de pedidos de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR)	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para qual o candidato(a) está concorrendo, nas organizações militares (OM), endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
23.	14 de novembro de 2023	Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso; e Chamada para a ISGR	Por meio do sítio da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
24.	27 à 30 de novembro de 2023	Realização da ISGR	Na JISR
25.	1º de dezembro de 2023	Resultado da ISGR	Por meio do sítio da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
ETAPA IV			
26.	1º de dezembro de 2023	Chamada dos(as) candidatos(as) selecionados(as) para a ETAPA IV	Pela página da 11ª RM:

			www.11rm.eb.mil.br
27.	4 à 8 de dezembro de 2023	Exame de Aptidão Física (EAF)	Nos locais designados pela CSE/SvTT na página da 11ª RM
28.	8 de dezembro de 2023	Divulgação do resultado do EAF	Pela página da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
29.	11,12, e 13 de dezembro de 2023	Entrada com pedido de Recurso quanto ao resultado do EAF	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo-Geral da guarnição/cidade para qual o candidato(a) está concorrendo, nas organizações militares (OM), endereços e horários detalhados neste Aviso de Convocação.
30.	19 de dezembro de 2023	Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso	Pela página da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
31.	18 de janeiro de 2024	Convocação à Incorporação	Por meio do sítio da 11ª RM: www.11rm.eb.mil.br
32.	22 à 26 de janeiro de 2024	Medidas administrativas O(A) candidato(a) militar ficará à disposição da OM formadora no turno matutino e à disposição da do EST OM de Origem, no turno, vespertino.	Na OM responsável pela 1ª Fase do EBCT
33.	1º de fevereiro de 2024	INCORPORAÇÃO E INÍCIO DA 1ª FASE DO ESTÁGIO BÁSICO DE CABO TÉCNICO (EBCT)	Na OM responsável pela 1ª Fase do EBCT
34.	1º de agosto à 31 de agosto de 2024	Prazo para os(as) candidatos(as) que não forem convocados(as)	Na Seção do Serviço Militar

		retirarem os documentos entregues para seleção	Regional (SSMR/11)
--	--	--	--------------------

ANEXO B
DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO E COMPROMISSO PARA
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO POR UM PERÍODO
MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES

Ao Sr Comandante da 11ª Região Militar

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, residindo na cidade de _____, declaro que sou voluntário(a) para o Estágio do Serviço Técnico, pelo período de um ano, como Sargento, na Guarnição Militar de _____, sujeitando-me, se for aceito(a), a todos os deveres e obrigações militares previstos na legislação em vigor, e conhecedor(a) de que poderei obter, dependendo da existência de vaga, do interesse do Exército, do meu desempenho profissional e aptidão física, prorrogações anuais, não ultrapassando o período de noventa e seis meses, contado, para isso, todo o tempo que tenho de serviço público ou atingir o limite etário de 45 (quarenta e cinco) anos.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

3. No caso de ser convocado(a), aceito servir em qualquer organização militar sediada na cidade de _____.

_____-_____, ____/____/_____
Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO C

**DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO ANTERIOR PRESTADO JUNTO ÀS FORÇAS
ARMADAS ANTERIOR À INCORPORAÇÃO**

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, sob as penas da lei, para fim de comprovação junto à 11ª Região Militar, que, até esta data, possuo _____ anos, _____ meses e _____ dias de tempo de serviço prestado junto às Forças Armadas, anterior à minha incorporação, que possa ser averbado na contagem total de meu tempo de serviço.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO D
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, como candidato(a) no processo de seleção para o Estágio _____, na área da 11ª Região Militar, residir no endereço _____, cidade _____, UF _____, CEP _____, conforme comprovante juntado a esta declaração.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

_____ - _____, ____/____/____
Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO E
DECLARAÇÃO DE RESIDENTE EM MUNICÍPIO DIVERSO DA SEDE DA OM DE
INCORPORAÇÃO

Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, como candidato(a) no processo de seleção para o Estágio _____, na área da 11ª Região Militar, assumir inteira responsabilidade em mudar de residência, por conta própria, para a cidade de _____ – _____ (UF), caso venha a ser convocado(a), sem qualquer ônus para o Exército.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO F

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

Eu, _____,
residente na _____,
possuidor da cédula de Identidade nº _____, declaro, sob as penas da Lei, para fins da administração militar, estar ciente dos artigos 311, 312 e 315 do Código Penal Militar, Decreto Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, e sob minha e total responsabilidade, de que todos os documentos apresentados, para efeito deste Aviso de Convocação, são autênticos.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

Código Penal Militar, Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.

Artigo 311 – Falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou serviço militar – Pena sendo documento público, reclusão de dois a seis anos; sendo documento particular pena de até cinco anos, podendo ser agravada.

Artigo 312 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou adversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar – Pena reclusão, até cinco anos se o documento é público; até três anos se o documento é particular.

Artigo 315 – Fazer uso de qualquer dos documentos falsificados ou alterados por outrem, a que se referem os artigos anteriores – Pena cominada à falsificação ou a alteração.

ANEXO G

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, sob as penas da lei, para fim de comprovação junto à 11ª Região Militar, que não estarei, na data prevista para a minha incorporação ao Exército, caso esta ocorra, investido(a) em cargo público, seja ele da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios ou dos municípios, ressalvado cargo ou emprego privativo de profissional de saúde, dentro do limite previsto na alínea c) do inciso XVI do artigos 37 da Constituição Federal.

2. Tenho plena ciência de que, caso após incorporado(a) ao Exército Brasileiro venha a exercer qualquer função pública acima especificada, simultaneamente à que ora pleiteio, em desacordo com o previsto na alínea c) do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, serei licenciado(a) imediatamente das fileiras do Exército, por ferir o disposto no artigo 142, § 3º, inciso II, da Constituição Federal.

3. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO H

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO IMPEDIMENTO PARA COMERCIALIZAR OU TOMAR PARTE NA ADMINISTRAÇÃO OU GERÊNCIA DE SOCIEDADE PRIVADA, DELA SER SÓCIO OU PARTICIPAR

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, estou ciente de, que, após ser incorporado às fileiras do Exército, estou impedido de comercializar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, por força do previsto no artigo 29 do Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de Dezembro de 1980.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ

Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascida aos ____ dias do mês de _____ de _____, filha de _____ e de _____, declaro, para efeito do processo de seleção ao Estágio _____, que fui alertada e tomei ciência de que:

a. o estado de gravidez não impossibilita a minha participação nesse processo, entretanto impede a incorporação para o estágio acima, em virtude dos riscos decorrentes do exame de aptidão física e das atividades militares a serem desenvolvidas, posteriormente, na prestação do Serviço Militar Temporário; e

b. sou responsável por comunicar, o mais rápido possível, **e por escrito**, o meu estado de gravidez à autoridade militar competente.

_____ - _____, ____/____/____
Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO J

REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Exmo Sr Comandante da 11ª Região Militar

OBJETO: isenção da taxa de inscrição

Sr Comandante

1. Eu _____, filho de _____ e _____, nascido na cidade de _____, em _____ (por extenso), identidade nº _____, expedida pelo _____, vem requerer a V Exa isenção da taxa de inscrição do processo seletivo para o Serviço Técnico Temporário no ano de 20____.

2. Declaro, sob as penas da lei, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

3. No caso de ser convocado(a), aceito servir em qualquer organização militar sediada na cidade de _____.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO L
PONTUAÇÃO GERAL DAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE – CET

Habilitação mínima exigida:	
Curso Profissionalizante, obrigatoriamente acompanhado do Diploma de Ensino Fundamental	
Títulos/Cursos/Estágios Militares/Publicações/Certificações de Informática/Atividade Profissional e outros	
1. Títulos (cada diploma/certificado só será pontuado uma única vez, mesmo que cadastrado em campos distintos)	Pontuação Atribuída
a. Doutor. Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> (no máximo 1 título de Doutor)	
Diploma emitido por Instituição de Ensino Superior	6,0
b. Mestre. Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> (no máximo 1 título de Mestre)	
Diploma emitido por Instituição de Ensino Superior	4,0
c. Especialização/MBA (mínimo de 360 horas). Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> (no máximo 1 título de Especialização/MBA realizada em instituição de ensino cadastrado no e-MEC).	
Certificado emitido por Instituição de Ensino Superior	1,5
d. Graduação em curso de Nível Superior na área para a qual o(a) candidato(a) está se inscrevendo (no máximo 1 Diploma)	
Diploma emitido por Instituição de Ensino Superior	2,5
e. Curso Técnico de Nível Médio com validade nacional na área para a qual o(a) candidato(a) está se inscrevendo (obrigatoriamente acompanhado do Certificado de conclusão do Ensino Médio) (no máximo 1 Diploma de Curso Técnico de Nível Médio)	

Diploma emitido por Instituição de Ensino Técnico	2,0
f. Certificado de conclusão de Ensino Médio (máximo 1 Diploma)	
Certificado emitido por Instituição de Ensino Médio	2,0
g. Ensino Fundamental (máximo 1 diploma)	
Certificado emitido por Instituição de Ensino Fundamental	1,0
h. Certificado de Curso Profissionalizante na área para a qual está concorrendo, com de carga horária livre (no máximo 1 Diploma)	1
2. Cursos (que tenham relação direta com a Habilitação)	
- Para se atingir a carga horária mínima não será possível o acúmulo de certificados/diplomas.	
-Cada diploma/certificado só será pontuado uma única vez, mesmo que cadastrado em campos distintos.	
a. Cursos de aperfeiçoamento (cursos com carga horária de, no mínimo, 120 horas (no máximo de 1 curso)	0,5
b. Cursos profissionalizantes com duração de no mínimo 80 horas (máximo 1 curso)	0,3
c. Cursos profissionalizantes com duração de no mínimo 40 horas (máximo 1 curso)	0,2
d. Cursos profissionalizantes com duração de no mínimo 30 horas (máximo 1 curso)	0,1
3. Artigos Científicos	
Os artigos serão classificação de acordo com o Qualis vigente na data da publicação deste Aviso de Convocação, conforme descrito abaixo:	
O Qualis é o sistema utilizado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), do Ministério da Educação, que auferir a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir de análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, dos periódicos científicos.	
a. Artigo Científico: classificação – Qualis A1	1,00

No máximo 1.	
b. Artigo Científico: classificação – Qualis A2 (ou classificação superior). No máximo 1.	0,9
c. Artigo Científico: classificação – Qualis B1 (ou classificação superior). No máximo 1.	0,8
d. Artigo Científico: classificação – Qualis B2 ou classificação superior. No máximo 1.	0,7
e. Artigo Científico: classificação – Qualis B3 ou classificação superior. No máximo 1.	0,6
f. Artigo Científico, classificado como Qualis C ou classificação superior. No máximo 1.	0,5
4. Livro	
a. Livro (No máximo 1). b. A publicação deve integrar o Sistema de identificação numérica, conhecido como ISBN (<i>International Standard Book Number</i>); e c. O(A) candidato(a) não poderá pontuar cumulativamente como autor, coautor, organizador ou autor de capítulo, devendo escolher apenas uma das categorias para fins de pontuação.	
Autor/Coautor/Organizador	1,0
Autor de Capítulo	0,5
5. Certificações de Informática	
- Certificações de Informática prevista no Anexo M. (no máximo 7 certificações)	0,5 por certificação
6. Exercício da atividade profissional e atividade de ensino no meio militar, como militar	
O cálculo será feito por dia trabalhado, utilizando-se 03 (três)	0,007 para cada dia trabalhado

casas decimais.	
7. Exercício da atividade profissional e atividade de ensino no meio civil	
O cálculo será feito por dia trabalhado, utilizando-se 3 (três) casas decimais.	0,006 para cada dia trabalhado

ANEXO M

ÁREAS E HABILITAÇÕES TÉCNICAS DE INTERESSE PARA SELEÇÃO, POR GUARNIÇÃO

Os(As) candidatos(as) ao Estágio Básico de Cabo Temporário (EBCT) deverão ser brasileiros(as) natos ou naturalizados(as), do sexo masculino e para o segmento feminino somente poderão se candidatar para as vagas da Guarnição de Brasília nas áreas de Auxiliar Administrativo, Auxiliar Enfermagem, Auxiliar Mecânico Automotiva, Marcenaria, Refrigeração, Desenhista Predial, Auxiliar Informática, Motorista Cat “E” (Transporte Coletivo Passageiros), Garçom, Manutenção em Circuito Fechado de TV e para a Guarnição de Goiânia para as áreas de Eletricista Predial, Serralheiro, Bombeiro Hidráulico, Marcenaria, Cozinheiro, Pedreiro, Refrigeração, Motorista - Cat D, ter concluído com aproveitamento, no mínimo, o Ensino Fundamental e Curso Profissionalizante numa das áreas de interesse do Exército Brasileiro, abaixo descritas:

GUARNIÇÃO	ESPECIALIDADE	CURSO PROFISSIONALIZANTE OBRIGATÓRIO	REGISTRO EM ÓRGÃO DE CLASSE	Nº DE VAGAS + CADASTRO RESERVA
Brasília – DF	Auxiliar Administrativo	Rotinas Administrativas/ Auxiliar Administrativo	-	1 + CR
	Eletricista Predial	Eletricista Predial	-	1 + CR
	Auxiliar Enfermagem	Auxiliar de Enfermagem	-	1 + CR
	Auxiliar Mecânico Automotiva	Auxiliar Mecânico Automotiva	-	1 + CR
	Auxiliar Elétrica Automotiva	Auxiliar de Elétrica Automotiva	-	1 + CR
	Montagem e Configuração de Micro	Montagem e Configuração de Micro	-	1 + CR
	Marcenaria	Marceneiro	-	1 + CR
	Refrigeração	Auxiliar de Refrigeração	-	1 + CR
	Desenhista Predial	Curso Desenhista Predial	-	1 + CR
	Auxiliar Informática	Auxiliar de Informática	-	1 + CR

	Motorista Cat "D"	CNH Cat D	-	1 + CR
	Motorista Cat "E"	CNH Cat E	-	1 + CR
	Motorista Cat "E"	Motorista Cat "E" Transporte Coletivo Passageiros	-	1 + CR
	Padeiro	Curso de Panificação	-	1 + CR
	Bombeiro Hidráulico	Auxiliar Bombeiro Hidráulico	-	1 + CR
	Cozinheiro	Auxiliar de Cozinha	-	1 + CR
	Garçom	Garçom	-	1 + CR
	Pedreiro	Curso Mestre obras	-	1 + CR
	Lanternagem e Pintura Auto	Curso de Lanternagem e Pintura Auto	-	1 + CR
	Manutenção em Circuito Fechado de TV	Curso de Manutenção em Circuito Fechado de TV	-	1 + CR
Araguari	Motorista Cat D	Instrutor de Trânsito	-	1 + CR
	Motorista Cat E	Instrutor de Trânsito	-	1 + CR
	Refrigeração	Auxiliar de Refrigeração	-	1 + CR
	Cozinheiro	Auxiliar de Cozinha	-	1 + CR
	Auxiliar de Saúde Bucal	Auxiliar de Saúde Bucal	-	1 + CR
	Operador de Motoniveladora	Operador de Motoniveladora	-	1 + CR
	Operador de Escavadeira	Operador de Escavadeira	-	1 + CR
	Mecânica Automotiva	Auxiliar de Mecânica Automotiva	-	1 + CR
	Aux de Elétrica Automotiva	Auxiliar de Elétrica Automotiva	-	1 + CR
	Operador de Torno Mecânico	Auxiliar de Operador de Torno Mecânico	-	1 + CR
	Auxiliar de Informática	Auxiliar de Informática	-	1 + CR

Cristalina	Auxiliar Mecânico Automotiva	Auxiliar de Mecânica Automotiva	-	1 + CR
Formosa	Pedreiro	Pedreiro/Mestre de Obras	-	1 + CR
	Motorista Cat E	Motorista Cat E Transporte de Produtos Perigosos e Cargas Indivisíveis	-	1 + CR
Goiânia	Eletricista Predial	Eletricista Predial	-	1 + CR
	Serralheiro	Curso de Serralheiro	-	1 + CR
	Bombeiro Hidráulico	Auxiliar Bombeiro Hidráulico	-	1 + CR
	Marcenaria	Marceneiro	-	1 + CR
	Cozinheiro	Auxiliar de Cozinha	-	1 + CR
	Pedreiro	Pedreiro/Mestre de Obras	-	1 + CR
	Refrigeração	Auxiliar de Refrigeração	-	1 + CR
	Motorista - Cat D	CNH Cat D	-	1 + CR
Jataí	Motorista - Cat D	CNH Cat D	-	1 + CR
Palmas	Motorista Cat "E"	CNH Cat E-	-	1 + CR

- Quando exigido no Anexo L, será obrigatório o Registro no respectivo Conselho ou Ordem de profissionais, se houver.

- Quando houver a necessidade de comprovação do registro profissional junto ao Conselho de Profissionais por força do exigido neste Anexo, será obrigatória a comprovação de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional ou Ordem (quando houver), em condição de legitimidade para o exercício da profissão, incluindo a correspondente habilitação ao exercício da profissão na especialidade a que concorrer, visando a impedir a incorporação de profissional que esteja com a sua habilitação suspensa ou cassada.

– Se exigido neste Anexo, será obrigatório no ato da incorporação, comprovar inscrição e regularidade junto ao órgão de classe do respectivo estado (ou Distrito Federal), onde ocorrerá a incorporação.

– O Cadastro de Reserva não garante a incorporação e estará sujeito às seguintes condições:

a) abertura/disponibilidade de vagas;

- b) limite orçamentário do Exército Brasileiro; e
- c) interesse da Administração Pública.

ANEXO N
DEFINIÇÃO DAS CERTIFICAÇÕES DE INFORMÁTICA ACEITAS PARA A ÁREA DE AUXILIAR DE
INFORMÁTICA

Área de Atuação	Certificações Previstas
Auxiliar de Informática	<ul style="list-style-type: none"> - EXIN Devops Foudation - EXIN Devops Master - EXIN Devops Professional - Oracle Certified Associate Java SE 7 Programmer - Oracle Certified Expert Java EE 6 Enterprise JavaBeans Developer - Oracle Certified Expert Java EE 6 Java Persistence API Developer - Oracle Certified Expert Java EE 6 JavaServer Faces Developer - Oracle Certified Expert Java EE 6 Web Component Developer - Oracle Certified Expert Java EE 6 Web Services Developer - Oracle Certified Master Java EE 6 Enterprise Architect - Oracle Certified Professional Java SE 7 Programmer - EXIN Devops Foudation - EXIN Devops Master - EXIN Devops Professional - Zend Certified PHP Engineer 5.5 - EXIN Devops Foudation - EXIN Devops Master - EXIN Devops Professional - O'Reilly Python 1 Certification - O'Reilly Python 2 Certification - O'Reilly Python 3 Certification - O'Reilly Python 4 Certification - EXIN Devops Foudation - EXIN Devops Master - EXIN Devops Professional - C++ Institute Programmer Certification - CPA - Não há

- B acula Backup Software Certified Administrator
- Brocade Ethernet Fabric Foundations
- Cisco Certified Entry Networking Technician - CCENT
- Cisco Certified Network Associate - CCNA
- Cisco Certified Network Professional - CCNP
- Cisco Certified Internetwork Expert - CCIE
- Check Point Certified Security Administrator - CCSA
- Check Point Certified Security Expert - CCSE
- Check Point Managed Security Expert - CCMSE
- Check Point Certified Security Master - CCSM
- CompTIA Linux+
- CompTIA Network+
- CompTIA Security+
- Elastix Certified Engineer Telefonias, VoIP e Elastix - ECE
- F5 Certified BIG-IP Administrator
- F5 Certified Technology Specialists
- F5 Certified Solution Expert
- Furukawa Data Cabling System - DCS
- Furukawa Certified Professional - FCP
- Furukawa Certified Professional Fiber - FCPF
- Furukawa Certified Professional Master – FCPM
- ITIL Foundations v3
- Linux Junior Level Certification - LPIC-1
- Linux Advanced Level Certification - LPIC-2
- Linux Senior Level Certification - LPIC-3
- Red Hat Certified System Administrator - RHCSA
- Red Hat Certified Engineer - RHCE
- Red Hat Certified Architect – RHCA

ANEXO O
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

1	Ficha de Inscrição Eletrônica impressa após a inscrição realizada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br .
2	Procuração com firma reconhecida em cartório, caso não seja possível o comparecimento pessoal do(a) candidato(a) no local e data previstos para a entrega de documentos para a Avaliação Curricular.
3	Original do comprovante de pagamento da taxa de inscrição, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, dentro do prazo-limite constante do Anexo A, caso não esteja isento(a) do pagamento da referida taxa.
4	Cópia do Diploma ou Certidão de Conclusão de Ensino Médio, Curso Profissionalizante, Técnico ou de Nível Superior acompanhado, obrigatoriamente do histórico escolar, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), referente à habilitação exigida para o cargo a que se candidate.
5	Cópia do(s) Diploma(s) e/ou Certificado de Pós-graduação acompanhado do histórico escolar, reconhecido pelo MEC, dentro da área que o candidato postula.
6	Cópia da Carteira e do Registro ativo no respectivo Conselho ou Ordem de ativos em entidades profissionais de classe, obrigatoriamente acompanhado da Certidão de Regularidade. (Se Houver)
7	Cópia da(s) Declaração ou Certidão (na ausência momentânea do Diploma ou Certificado de conclusão de curso, e dentro da área que o candidato postula) emitida pela Instituição de ensino. Cursos e/ou Certificações Complementares da área.
8	Cópia das publicações técnicas, previstas no Anexo “M” , acompanhadas dos originais (livros, artigos, revistas).
9	Cópia de comprovação da experiência profissional ou atividades na área de ensino. (se houver)
10	Cópia do Extrato do INSS.
11	Cópia dos assentamentos militares (folha de alterações ou histórico militar) correspondentes ao tempo total de serviço militar anteriormente prestado (candidatos militares da ativa e da reserva) .
12	Cópia da Carta Patente (para candidatos do sexo masc. e fem. que já serviram como oficiais); ou da Certidão de Situação Militar (para candidatos do sexo masc. e fem. que já serviram como oficiais); ou do Certificado de Reservista (para candidatos do sexo masc. que já serviram como praças); ou do Certificado de Dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masc. que foram dispensados do Serviço Militar Obrigatório).
13	Declaração de Voluntariado e Compromisso para Prestação do Serviço Militar Temporário por um período mínimo de doze meses. (Anexo “B”)

14	Declaração de Tempo de Serviço Público Anterior Junto às Forças Armadas Anterior à Incorporação. (Anexo “C”)
15	Declaração de Residência (Anexo “D”) .
16	Declaração de Residente em Município Diverso da Sede da OM de Incorporação (Anexo “E”) . Se for o caso
17	Cópia do Comprovante de Residência. Cópia e/ou Original
18	Declaração de Veracidade dos Documentos Apresentados (Anexo “F”) .
19	Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público. (Anexo “G”)
20	Declaração de Ciência do Impedimento para comerciar ou tomar parte de Administração ou Gerência de Sociedade Privada, dela Ser Sócio ou participar. (Anexo “H”)
21	Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez. (Anexo “I”) apenas para candidatas do segmento feminino.
22	Parecer do Comandante da Organização Militar em que serve (Anexo “J”) . (apenas para candidatos militares) . (Assinada pelo Comandante da OM, com carimbo da OM ou “Marca D'água”)
23	Certidão de Quitação Eleitoral (www.tse.jus.br). Pelo Site do Tribunal Superior Eleitoral ou emitida diretamente em Órgão Eleitoral)
24	Certidão negativa criminal da Justiça Federal (www.trf1.jus.br) <i>Site do Justiça Federal onde residiu nos últimos 5 anos.</i>
25	Certidão negativa da Justiça Estadual/Distrital Criminal, onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos . Caso candidato seja do DF: OBRIGATORIAMENTE pelo (www.tjdft.jus.br). Caso contrário: obter pelo site da Justiça Estadual, da cidade onde residiu.
26	Certidão negativa criminal militar. (www.stm.jus.br) pelo site do Superior Tribunal Militar.
27	Cópia da Carteira de Identidade (candidato civil) . (ou outro doc. de órgão oficial, c/ foto - ex: CNH)
28	Cópia do CPF. (ou outro doc. de órgão oficial, c/ foto – ex: CNH)
29	Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.
30	Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes (se for o caso) .